



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

DEBORA OLIVEIRA CAMPELO

RETIRANDO O LENÇOL BRANCO:

**A CONSTITUIÇÃO DE UMA ANTROPOLOGIA FEMINISTA BRASILEIRA A PARTIR
DOS ENCONTROS DA ANPOCS.**

Salvador

2019

**RETIRANDO O LENÇOL BRANCO:
A CONSTITUIÇÃO DE UMA ANTROPOLOGIA FEMINISTA BRASILEIRA A PARTIR
DOS ENCONTROS DA ANPOCS**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito para a conclusão do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade.

Orientadora: Profa. Dra. Máira Kubik
Co-orientadora: Profa. Dra. Alinne Bonetti

Salvador
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

OLIVEIRA CAMPELO, DEBORA

RETIRANDO O LENÇOL BRANCO: A CONSTITUIÇÃO DE UMA
ANTROPOLOGIA FEMINISTA BRASILEIRA A PARTIR DOS
ENCONTROS DA ANPOCS / DEBORA OLIVEIRA CAMPELO. --
SALVADOR, 2019.

61 f.

Orientador: MAÍRA KUBICK.

Coorientador: ALINNE BONETTI.

TCC (Graduação - BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E
DIVERSIDADE) -- Universidade Federal da Bahia,
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2019.

1. ANTROPOLOGIA. 2. FEMINISMO. 3. GÊNERO. 4. RAÇA.
5. BRASIL. I. KUBICK, MAÍRA. II. BONETTI, ALINNE.
III. Título.

DEBORA OLIVEIRA CAMPELO

**RETIRANDO O LENÇOL BRANCO: A CONSTITUIÇÃO DE UMA
ANTROPOLOGIA FEMINISTA BRASILEIRA A PARTIR DOS
ENCONTROS DA ANPOCS.**

Monografia apresentada à Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal da Bahia como
requisito para a conclusão do
Bacharelado em Estudos de Gênero e
Diversidade.

Aprovada em _____ de _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dr. Maíra Kubick

Universidade Federal da Bahia

(Orientadora)

Profa. Dra. Alinne de Lima Bonetti

Universidade Federal dos Pampas

(Co-orientadora)

Prof. Dr. Cristiano Rodrigues

Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Rebeca Sobral

Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Foram tantas pessoas que passaram pela minha vida, que deixaram um pouco de si e que deixei um pouco de mim, do início da graduação até aqui. Tenho certeza que não me lembrarei de todas as pessoas, mas, tentarei dar conta.

Para além de Deus e da espiritualidade que me acompanha e ajuda, algumas pessoas foram cruciais para o início, o meio e o fim da minha graduação. Irei iniciar agradecendo a Gonçalo Piriz, que me incentivou a entrar na faculdade e me ajudou a manter a mesma por muitos anos, sem o apoio dele eu não teria conseguido dar conta. Agradeço também as amigas que ganhei na faculdade que vieram para a vida em trocas acadêmicas, pessoais e espirituais, são elas: Bruna Santos, Cristiane, Eloíde Santana, Sonia Soares e Tatiane Cerqueira, deixo-as como representantes do mundo de pessoas que pude compartilhar conhecimento em cada disciplina e evento em que estive.

Durante a academia tive o prazer de estar em espaços de pesquisa que me proporcionaram conhecer pesquisadores excelentes como Alinne Bonetti e Cristiano Rodrigues aprendi muito com os dois como profissionais e como pessoa. Agradeço também a Maíra Kubik que me recebeu como orientanda.

Agradeço aos espaços em que passei como estagiária e que me ajudaram no processo de desenvolvimento como profissional da área, SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, NUDEM – Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher, SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres e na Universidade Federal da Bahia - UFBA com o GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação.

E nessa reta final de trabalho, agradeço a toda minha família pelo apoio, a Daniel Fernandes pelo carinho e compreensão, sem vocês com toda certeza seria mais difícil. E por fim, agradeço imensamente a Diosmar Filho.

Obrigada.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares.

Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

Sojourner Truth, 1851 (Tradução de PINHO, Osmundo, 2014)

RESUMO

Esta monografia parte de uma investigação sobre a constituição do campo antropológico feminista brasileiro, entre as décadas de 1970 e 1990. Consiste em investigar e mapear o feminismo na produção antropológica, em encontros nacionais de espaços institucionalizados de pesquisa. O mesmo não objetiva ser exaustivo e completo, mas, sim um processo de compreensão sobre como se constrói este campo de estudo, suas características, suas contribuições e limites. Este trabalho se desenvolve pela pesquisa bibliográfica e documental, nos Anais das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), buscando publicações apresentadas por antropólogas e antropólogos que dialogaram com a temática feminista. A pesquisa documental se estende a Plataforma Lattes, base de dados de currículos, em busca da confirmação da área de formação. Diante do material pesquisado, neste período pode-se perceber a existência de diferentes fases no desenvolvimento teórico e analítico no que tange ao que se considerou como a temática feminista presente no campo acadêmico brasileiro, ou seja, reflexões concernentes à identificação e análise da condição feminina, ao lugar da mulher, à assimetria de gênero e de poder, bem como à articulação entre os diferentes marcadores sociais da diferença. Tendo-se em vista a relevância da articulação das categorias gênero e raça na constituição da teoria feminista de maneira geral, venho inquirir também sobre o lugar ocupado por esta intersecção na constituição da Antropologia Feminista Brasileira, para isso expando a pesquisa para a década de 2000, identificando a sua ausência.

Palavras-chave: Antropologia. Feminismo. Gênero. Raça. Brasil

RESUMEN

Esta monografía es parte de una investigación sobre la constitución del campo antropológico feminista brasileño entre los años 70 y 90. Consiste en investigar y mapear el feminismo en la producción antropológica, en reuniones nacionales de espacios de investigación institucionalizados. Lo mismo no pretende ser exhaustivo y completo, sino más bien un proceso de comprensión de cómo construir este campo de estudio, sus características, sus contribuciones y límites. Este trabajo es desarrollado por investigaciones bibliográficas y documentales, en Anales de las reuniones anuales de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Ciencias Sociales (ANPOCS), en busca de publicaciones presentadas por antropólogos y antropólogas que dialogan con el tema feminista. La investigación documental se extiende a Plataforma Lattes, base de datos de currículos, en busca de confirmación del área de capacitación. En vista del material investigado, en este período se puede percibir la existencia de diferentes fases en el desarrollo teórico y analítico de lo que se consideró la temática feminista presente en el campo académico brasileño, es decir, reflexiones sobre la identificación y análisis de la condición femenina, el lugar de las mujeres, la asimetría de género y el poder, así como la articulación entre los diferentes marcadores sociales de la diferencia. Teniendo en cuenta la relevancia de la articulación de las categorías de género y raza en la constitución de la teoría feminista en general, también pregunto sobre el lugar que ocupa esta intersección en la constitución de la Antropología Feminista Brasileña, para esta exposición de la investigación para la década de 2000, identificando su ausencia.

Palabras clave: Antropología. Feminismo. Género. Raza. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Antropólogas e antropólogos que apresentaram trabalhos sobre as problemáticas das mulheres nas reuniões da ANPOCS.....	24
Tabela 2	Recorrência de antropólogas e antropólogos por década, que apresentaram trabalhos sobre temáticas feministas nas reuniões da ANPOCS.....	26
Tabela 3	Trabalhos de antropólogas e antropólogos apresentados nas reuniões da ANPOCS sobre temáticas feministas entre 1970 e 1999.....	27
Tabela 4	Trabalhos de antropólogas e antropólogos que articularam as categorias de análise gênero e raça em seus trabalhos apresentados nas reuniões da ANPOCS entre 2000 e 2010.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
O que me move, o que me moveu.....	10
Falando um pouco mais sobre a Metodologia de Pesquisa.....	13
1. CAPÍTULO 1	16
1.1 Antropologia e Feminismo – Breve Contexto Histórico.....	16
2 CAPÍTULO 2	22
2.1 ANPOCS e seus Encontros.....	22
2.2 Antropologia feminista brasileira, na ANPOCS?.....	23
2.3 Apresentando e discutindo os Grupos de Trabalho e seus textos.....	27
2.4 Análise dos dados: Antropologia e feminismo no espaço de discussão da ANPOCS.....	39
3 CAPÍTULO 3	48
3.1 Antropologia Feminista na ANPOCS.....	48
3.2 Antropologia Feminista e a discussão de Gênero e Raça na ANPOCS.....	49
Considerações finais	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O QUE ME MOVE, O QUE ME MOVEU

Sou uma mulher negra, mãe e única responsável por uma menina que hoje possui dois anos de idade. Sou de classe baixa, periférica, minha história de vida em pouco difere à de meninas negras e mulheres negras que conhecemos: vivemos inseridas em um processo de invisibilidade social como cidadãs, de forma positiva e ativa e, ao mesmo tempo, vistas como corpos para exploração e controle.

Aos 24 anos, fui trabalhar em uma faculdade particular, especificamente no atendimento da biblioteca e o que me separava das discentes era, primeiro, um balcão depois, para além dele, um grande vidro; inúmeras vezes me sentia como em um grande aquário, observando o lado externo em que me encontrava. Durante minhas observações, me incomodava olhar para o lado de fora e ver uma maioria de pessoas brancas, de classe média alta e, do lado de dentro do aquário, ao meu redor, ver corpos negros. Aquilo me inquietava a ponto de externalizar com colegas de trabalho. Eu costumava dizer *“você não acha que há algo errado? Aqui todas nós somos negras e lá fora quase todas são brancas?”* Minhas colegas de trabalho riam, respondendo: *“Lá vem Débora com estes questionamentos...”*. Para elas meus questionamentos eram engraçados, era como se eu tivesse querendo complexificar coisas simples, *“naturais”* ... Elas não viam o que eu via.

Não será surpresa informar que só foi possível adentrar à universidade como discente aos quase 30 anos. A academia ampliou meu olhar para o mundo e para mim mesma; por esse motivo, passei a ser militante não somente no meio em que trabalhava e vivia (pois, costumo dizer que ser negra e negro é militar desde o nascimento) mas, também em espaços e Redes de Mulheres Negras em Salvador.

Tive a oportunidade de participar em alguns projetos de pesquisa como bolsista ao longo de minha formação na Universidade Federal da Bahia - UFBA. O primeiro foi em 2013 e 2014, intitulado *“Feminismo acadêmico, antropologia feminista e suas linhagens: trânsitos e deslocamentos entre militância e produção de conhecimento no Brasil (1970-2010)”*¹, coordenado pela Profa. Dra. Alinne Bonetti. Neste projeto, meu

¹Contou com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Chamada Pública MCTI/CNPQ/SPM-PR/MDA No 32/2012.

plano de trabalho implicava numa pesquisa bibliográfica e documental em torno da presença da perspectiva antropológica feminista nos trabalhos apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) no mesmo período. Este projeto me fez (re)conhecer os processos de luta de mulheres e, mais ainda, em determinado momento me fez sentir sensação de estar “*dentro do aquário*” novamente, quando percebia mulheres serem universalizadas e visibilizadas, enquanto outras estavam ainda sendo anuladas epistemologicamente. Esta percepção me moveu a ampliar o estudo que objetivava pesquisar sobre a antropologia feminista na ANPOCS, para descobrir também onde estavam as mulheres negras nos estudos antropológicos feministas neste espaço de pesquisa e discussão. Ou, melhor dizendo, nestes trabalhos se articulavam as categorias de diferenciação levando em consideração a questão racial?

Como referido, coube a mim o plano de trabalho “Feminismo acadêmico e antropologia feminista no Brasil (1970-2010): o feminismo na produção antropológica”². O projeto objetivava conhecer e compreender a intersecção entre produção de conhecimento e militância que veio a constituir o campo feminista antropológico do Brasil, bem como as suas linhas de investigação, no intervalo temporal entre as décadas de 1970 a 2010. Meu plano de trabalho consistiu em investigar e mapear o feminismo na produção antropológica, em encontros nacionais de espaços institucionalizados de pesquisa, como: ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ABA – Associação Brasileira de Antropologia e SBPC – Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência. Escolhi iniciar pela ANPOCS, pois há um reconhecimento deste evento como o marco para a institucionalização do campo acadêmico feminista a partir da criação do primeiro Grupo de Trabalho (GT), intitulado “Mulher e Política”, que reuniu em 1980 pesquisadoras em torno da temática feminista.

A ANPOCS foi fundada em 1977 e é uma entidade privada e sem fins lucrativos, que associa centros de pós-graduação na área da Antropologia, Ciência Política, Relações Internacionais e Sociologia do Brasil. A pesquisa foi iniciada e se manteve somente com a ANPOCS, devido a mudança da orientadora para outro estado. No

²O resultado parcial do plano de trabalho Feminismo acadêmico e antropologia feminista no Brasil (1970-2010): o feminismo na produção antropológica, foi apresentado nos seguintes eventos: Universidade Federal da Bahia – UFBA, em Salvador no ano de 2013 e 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Natal, no ano de 2014. Modalidade pôster de Iniciação Científica em Antropologia.

entanto, trarei aqui os resultados da pesquisa feita e para além disso seus desdobramentos.

Durante a iniciação científica, coletei material com as características pré-definidas pelos critérios adotados pelo projeto. Assim, os textos que compõem o corpus de dados são aqueles que foram elaborados por pesquisadoras e pesquisadores com formação em Antropologia (mestrado e/ou doutorado) e que dialogam com a problemática feminista definida pelo projeto como análises que privilegiam aspectos sobre a condição feminina, a assimetria de gênero e de poder, bem como o papel desempenhado pela articulação entre os diferentes marcadores sociais da diferença na produção de desigualdades. Para isso, além da pesquisa no sítio da Anpocs, pesquisei os currículos das autoras e dos autores na Plataforma Lattes, para conhecer melhor o universo de pesquisa, selecionar e organizar o material coletado e posterior leitura e análise.

Segundo Maria Luiza Heilborn (1992, p.93), os questionamentos e problemáticas próprios dos estudos feministas impactaram a produção antropológica. Desta forma, busquei responder os seguintes questionamentos que são meu objetivo geral e, logo em seguida, o específico: Há presença da problemática feminista nos trabalhos antropológicos apresentados na ANPOCS? Se sim, como se caracteriza e quais contribuições e limites? Busquei, também, identificar se nos trabalhos apresentados houve a inserção de um olhar que identifique e analise as categorias gênero e raça entrecruzadas, visto que parto do princípio que não se discute gênero sem raça e nem raça sem gênero.

Quando afirmo este princípio, me ancoro nas reflexões de Lélia Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, para quem o racismo na “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” (1984, p.225).

A partir disso, como mulher e negra, não poderia pesquisar sobre gênero sem buscar indícios de sua discussão com a questão racial ou a falta dela. Partilho, assim, do sentimento de Lélia Gonzalez (1984) quando se afirmou como pesquisadora negra.

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. (p.225).

Patrícia Hill Collins também fala da importância da inseparabilidade das categorias, em seu artigo "Pensamento Feminista Negro e Matrix da Dominação" (2009). Para ela,

Em lugar de iniciar com gênero e então adicionar outros marcadores sociais tais como idade, orientação sexual, raça, classe e religião, o pensamento feminista negro vê estes distintos sistemas de opressão como parte de uma abrangente estrutura de dominação. Vendo as relações de dominação com respeito às mulheres negras em qualquer contexto sócio histórico como estruturadas através de um sistema que entrelaça as opressões de raça, gênero e classe, expande o foco de análise de meramente descrever as similaridades e diferenças nestes sistemas de opressão e ampliar o foco da atenção para forma como eles se interconectam. Assumindo que cada sistema necessita do outro para funcionar, cria uma instância teórica distinta que estimula o repensar conceitos básicos das ciências sociais. (p. 2).

FALANDO UM POUCO MAIS SOBRE A METODOLOGIA DE PESQUISA

Meu processo de escolha da metodologia me foi apresentado pelo o objeto a ser pesquisado e pelo campo encontrado. Já que eu necessitava pesquisar sobre a constituição da Antropologia Feminista dentro de espaços de apresentação de trabalhos de tradição antropológica, construídos por antropólogas e antropólogos, necessitaria iniciar pela década de 1970, mas, por quê?

As décadas de 1970, 1980 e 1990 são importantes, pois é o período em que o feminismo se reorganiza dentro e fora da academia no Brasil, momento de troca de categorias de mulher para gênero, momento em que disciplinas sobre a temática iniciam nos cursos de graduação e pós-graduação e que obras são escritas sobre tais teorias. Caminharei até o ano de 2010, visto que se faz importante saber como na atualidade a temática vem se desenvolvendo neste campo.

A partir deste momento precisei identificar onde encontrar este acervo: seriam revistas? Livros? Teria que entrar em contato com a instituição? Decidi que o primeiro passo seria conhecer o sítio *on-line* de cada instituição selecionada (ABA, ANPOCS, SBPC), e neste caminhar, percebi que a ANPOCS era a única delas que tinha um grande acervo atualizado e quase completo dos materiais de que eu necessitava.

Após identificados os textos, necessitava buscar informações da formação acadêmica das pesquisadoras e dos pesquisadores na plataforma Lattes, visto que eu só poderia utilizar material construído por quem tinha formação antropológica. Desta forma, muitos trabalhos precisei descartar.

Houve algumas dificuldades no desenvolvimento da pesquisa, como a ausência de alguns trabalhos que teriam sido apresentados, pois constava na programação do evento; ou ainda arquivos disponibilizados e vazios de conteúdo ou que não apresentavam informações completas das autorias, coordenações de Grupos de Trabalho ou mesmo do título do trabalho que foi apresentado. Por exemplo, no ano de 1977 só consta a ata de constituição da Associação, não havendo nenhum outro documento passível de pesquisa. No ano de 1978, há somente um arquivo vazio chamado “Perspectivas para uma pós-graduação”³

Outra dificuldade encontrada foi em relação ao currículo Lattes. Como a plataforma foi criada em fins da década de 1990, algumas autoras não estavam cadastradas, a exemplo de Noemi Castilhos que faleceu em meados de 1990. Para confirmar sua formação acadêmica tive que recorrer a artigos biográficos entre outros.

Para chegar aos resultados de pesquisa, segui os passos metodológicos que Maria Luiza Heilborn aponta como necessários para analisar um campo de estudos, são eles: Lista de obras; Temas; Bibliografia convergente; Análise das obras (1992, p.94). Assim, para minha pesquisa, obedeci aos seguintes passos, nesta respectiva ordem:

1. Pesquisa nas páginas do sítio da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais;
2. Pesquisa e leitura dos anais de cada encontro anual e cada Grupo de Trabalho com suas produções;
3. Coleta do material com as características definidas, avaliados como relevantes para a pesquisa;
4. Pesquisa do currículo Lattes da autora, para seleção e organização do material coletado no Sítio da ANPOCS, a partir da formação acadêmica;

³ Disponível em: <<https://anpocs.com/>>. Acessado em 2013 e 2014

5. Coleta da programação de cada Grupo de Trabalho em busca de informações sobre seus coordenadores e coordenadoras e buscar a certificação se todos os trabalhos apresentados estão disponibilizados nas páginas eletrônicas do site.

Desta forma justifica-se o uso da pesquisa bibliográfica e documental. A primeira será utilizada para mapear o material a ser utilizado, pois nestes encontrarei os dados que delinearão meus estudos. A segunda vem como forma de confirmação dos dados encontrados como: currículo Lattes, programações de encontros, ata de início de atividade da ANPOCS.

A primeira parte da pesquisa (1970-1999) teve duração de um ano, a segunda parte (2000 a 2010) da pesquisa levou em torno de seis meses de leituras e análise. Onde seus resultados iniciais foram apresentados em alguns eventos em forma de poster e apresentação oral⁴.

Aqui faço a junção destes dois momentos de pesquisa e me debruço para refletir sobre os resultados que me apresentaram um total de 97 artigos que compuseram o universo aqui investigado. Os artigos foram lidos e categorizados de modo a encontrar as recorrências entre eles e as principais referências teóricas e conceitos utilizados. Apresentarei no capítulo 1, um breve histórico do feminismo; no capítulo 2, apresentarei os textos utilizados na pesquisa; e no capítulo 3, apresentarei os resultados do capítulo anterior, os mesmos me darão o fôlego necessário para refletir, discutir e analisar e voltar ao espaço de pesquisa em busca de material que me apresente um quadro mais atual da discussão na antropologia do feminismo neste século, com vistas a visibilizar pontos invisibilizados até então na antropologia com viés feminista na ANPOCS.

⁴Os resultados parciais da pesquisa sob o título “A eloquente discrição”, foram apresentados nos seguintes espaços: 1ª Semana de Gênero e Diversidade na UFBA, dezembro, 2014, em formato de pôster. E no XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) Sobre Mulher e Relações de Gênero “territorialidades: Dimensões de Gênero, Desenvolvimento e Empoderamento das mulheres, em formato de apresentação oral, em março, 2015.

CAPÍTULO 1

1.1. FEMINISMO E ANTROPOLOGIA: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Creio ser importante traçar o contexto histórico do feminismo e por entre este processo caracterizar e conceituar o mesmo. Julgo importante para que, posteriormente, possamos perceber de que forma o que foi posto a nível mundial se entrecruza com uma antropologia feminista brasileira. Eu costumo dizer que existem feminismos, pois, acredito que cada um deles foi caracterizado, pensado de acordo com o contexto histórico, cultural, local geográfico e o corpo que o constrói. Feminismo para mim é esse leque de formas de se viver processos políticos de movimento de mulheres que lutam por direitos iguais que independam do sexo, mas que também estão atentos a outros processos de luta e resistência (luta contra o racismo e a lgtbtfóbia é um grande exemplo), que atravessam o corpo desta mulher trazendo olhares diferentes para cada uma delas, nos seus diferentes campos discursivos e de ação prática, seja no âmbito privado ou público, observando as relações de poder a partir desse emaranhando de categorias que perpassam o ser mulher.

O feminismo organizado teve início com a luta pelo voto das “mulheres” que exigiam ter “voz” na sociedade; buscavam o acesso à educação, ao trabalho, à propriedade e problematizavam processos hierárquicos nas relações de família entre homem e mulher. Sim, as mulheres buscavam espaço no mercado de trabalho. Neste momento nos perguntamos: as mulheres não trabalhavam nesta época? Encontrávamo-nos em pleno século XIX, neste período, sim, mulheres já trabalhavam. Passamos a nos perguntar que corpo de mulher era esse? em que espaço geográfico ela se encontrava? De que tipo de família nós estamos falando? E qual o perfil econômico destas mulheres? Sim, eram mulheres de países ocidentais, em maioria branca, de classe média e alta e que estavam inseridas ou destinadas à criação de uma família nuclear. Mas, o que é uma família nuclear? Uma família nuclear ocidentalizada, ou seja, uma instituição espacialmente delimitada, segundo Oyèrónké Oyèwùmí (2004), é generificada, tendo uma mulher como a “mãe” o homem como “pai”, sendo que a relação se configura de subordinação desta mulher.

Assim, o gênero é o princípio organizador fundamental da família, e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear. Da mesma forma, a mesmice de gênero é a principal fonte de identificação e solidariedade neste tipo de família. Assim, as filhas se auto-identificam como mulheres com sua mãe e irmãs. (OYEWUMI, 2004, p.4).

A família generificada, que produz hierarquias, seria um dos motivos da discussão sobre a opressão das mulheres pelos homens, dentro deste espaço. Era importante ser publicizada e problematizada, já que era a realidade destas determinadas mulheres, neste determinado contexto histórico. No entanto, é mais que importante esclarecer que este tipo de família não é universal.

A família nuclear, porém, é uma forma especificamente euro-americana; não é universal. Mais especificamente, a família nuclear continua a ser uma forma alienígena na África, apesar da sua promoção pelos Estados colonial e neocolonial, agências internacionais de (sub)desenvolvimento, organizações feministas, organizações não-governamentais (ONGs) contemporâneas, entre outros. (OYEWUMI, 2004 p.3).

Em finais da década de 1950 com toda movimentação de luta que não cessou, o feminismo passa a não somente contar sua opressão, mas, passam também a teorizar sobre a mesma. Assim, são publicadas variadas obras que analisam o ser homem e ser mulher na sociedade, levando em consideração o contexto social, cultural e histórico. Apresentam também o “contrato” feito entre os homens, que é mantenedor da perpetuação de relações de poder que privilegiam os homens. Como exemplo, temos a obra: Simone Beauvoir com o Livro Segundo Sexo (1949), que apresenta a mulher subjugada socialmente por ser mulher, onde seu biológico a coloca em um lugar não positivado. Temos também Margareth Mead com Sexo e Temperamento (1935), onde traz um olhar antropológico as discussões sobre a tal conhecida frase de Simone de Beauvoir que iria surgir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, ao apresentar estudos sobre três sociedades os Arapesh, Mundugumor e os Tchambuli, onde apresenta temperamentos diferenciados entre homens e mulheres nas três sociedades concluindo que o biológico não define o modo de ser e viver de um homem ou uma mulher numa sociedade, assim, Mead já vislumbrava a influencia da cultura no biológico. A importância dos estudos de Margareth Mead vem

também no sentido de apresentar não um caráter hierárquico e de opressão, mas, sim relativizador.

Com as “mulheres” acessando a academia visibilizando suas lutas e se organizando enquanto movimento na academia e fora dela, surgem os estudos sobre a mulher (LOURO, 1997, p. 16).

Importante sinalizar que a década de 1960 é palco de diferentes vozes e corpos em luta; é o momento em que se exige equidade não somente para mulheres, mas, movimentos que já lutavam contra o processo racista, que era global, estavam com grande força e voz. A partir da década de 1970, o termo gênero passa a ser utilizado de forma a ampliar as discussões sobre os estudos da mulher. O termo foi introduzido com o intuito de falar das problemáticas da mulher, mostrando que o mesmo é um processo relacional entre homens e mulheres que continham em seu bojo a relação de poder entre os sexos. A introdução do termo gênero deu a possibilidade de não universalizar a categoria mulher e sim percebê-la de acordo com o processo biológico, psicológico, histórico, social e cultural; vê-lo desta forma é conceituá-lo em uma maior completude.

O termo Gênero foi utilizado pela primeira vez pelo psicólogo neozelandês John Money no artigo Examination of Some Basic Sexual Concepts: The Evidence of Human Hermaphroditism (1955), onde ele diz:

Todas as coisas que uma pessoa diz ou faz para se revelar como tendo o status de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente. Inclui, mas não se restringe à sexualidade no sentido do erotismo. O papel do gênero é avaliado em relação ao seguinte: maneirismos gerais, comportamento e conduta; preferências de jogo e interesses recreativos; tópicos espontâneos de conversa em conversas não estimuladas; conteúdo de sonhos, devaneios e fantasias; respostas a perguntas oblíquas e testes projetivos; evidência de práticas eróticas, e, finalmente, as próprias respostas da pessoa à consulta direta. (Money, John, 1955, 301-319)

No entanto, em um artigo de teoria antropológica foi o antropólogo Gayle Rubin, na obra O tráfico de mulheres, notas sobre a economia política do sexo (1975), que introduziu o termo. Sendo assim serviu como ponto de início para uma forma mais ampliada de se pensar o sexo e seu processo de moldagem pela sociedade e seus aparelhos mantenedores das normas e padrões. Outro ponto importante, é que a partir

daí ele traz fortemente a discussão da heterossexualidade compulsória nesse processo de domesticar os corpos.

A essa altura, os movimentos tidos como feministas estão a “todo vapor” dentro e fora da academia. Em solo brasileiro o feminismo ganha vigor na década de 1970, quando passa a ser espaço de militância e produção epistêmica das bandeiras de luta destes movimentos (Zirbel, 2007). Segundo Ilze Zirbel, no Brasil o feminismo se institucionaliza no período de 1980 a 1990, e neste processo é inserido o conceito de Gênero, que passa a ser bem aceito por todas as camadas de luta de mulheres (sindicatos, partidos políticos, igrejas, ONGs, instituições governamentais entre outras). Percebam que o conceito de gênero aqui no Brasil é inserido quase uma década após alguns países europeus e os Estados Unidos da América estarem utilizando.

Há muitas discussões neste processo de mudança de objeto nas pesquisas de Mulher para Gênero. Algumas teóricas falam de uma possível despolitização da luta. Para a antropóloga Maria Luiza Heilborn (1992), houve uma espécie de drible do que seria o “objeto menor” (estudos sobre mulher), dentro do campo da antropologia, e que isso deixa de forma explícita um processo de relações de força que um campo intelectual configura.

Neste momento, há incômodo das antropólogas feministas, pois, estas duas vertentes que configuram o feminismo dentro e fora da academia traziam uma espécie de “guerra de forças”, enquanto algumas pensavam que deixar de se trabalhar a categoria mulher seria despolitizar o movimento, dentro da academia, trabalhar tal categoria ou até mesmo se colocar enquanto pesquisadora feminista seria politizar, seria ser “engajada”, o que, para a universidade, seria uma “pesquisadora pela metade”. Segundo Alinne Bonetti (2011) este aparente conflito que traz uma não aceitação imediata ou instabilidade como ela chama, não aparece no surgimento e tradição da Antropologia Feminista anglo-saxã. Nos Estados Unidos houve uma radicalidade crítica da teoria feminista para o enfretamento aos processos de invisibilização das mulheres na antropologia.

Finalizo trazendo a visão das antropólogas feministas sobre a principal especificidade e contribuição da Antropologia para os estudos feministas. Mas, o que se entende por antropologia feminista? Vejo como a ampliação do modo de ver a antropologia e seus estudos. Seria uma linha de estudo antropológica, onde suas

autoras e autores buscam observar, refletir, analisar problemáticas das mulheres e sua transição pelos espaços seja público e/ou privado, levando em consideração as desigualdades de gênero e suas relações de poder, sob a utilização do método etnográfico tendo influência do feminismo, percebendo assim, as relações das diferenças e assimetrias que se desenvolvem nestas relações de poder imbricadas e presentes nas diferentes culturas e que se concretizam em cada local de forma diferenciada. Exige-se para isso uma visão crítica do que é o universal e a relativização das experiências percebidas pela pesquisadora em campo.

Marilyn Strathern (2009) fala da importância de traçar a contribuição do feminismo para a antropologia, criando uma área de estudo que ela chama de feminismo antropológico. Essa nova área de estudos traria o que a autora chama de “relação incômoda” de “vizinhos em conflito”, visto que a proximidade é real, há conflito, mas, também há diálogo. De acordo com Maria Luiza Heilborn (1992) ao falar da antropologia da mulher, o campo nasce e toma vigor pelo reconhecimento deste diálogo que instaura a problemática da mulher no mesmo.

Cabe a partir daqui a importância de conceituar a antropologia feminista, mas antes disso cabe ressaltar que o local de origem a qual ela foi fortemente desenvolvida foram os Estados Unidos da América(EUA). Segundo Bonetti (2009, p.107), neste país há uma política de incentivo local a adesão e desenvolvimento deste campo epistêmico, o que justifica mais estudos internacionais sobre esta linha de conhecimento.

Antropologia Feminista surge, inicialmente, como a antropologia da mulher, a partir da crítica ao lugar destinado às mulheres nas produções etnográficas, elas eram subrepresentadas, silenciadas e invisibilizadas. Segundo Alinne Bonetti (2009), a Antropologia Feminista estadunidense passou por diferentes fases no seu desenvolvimento. Os trabalhos reunidos na coletânea “A mulher, a cultura, a sociedade”, organizada por Louise Lamphere e Michele Rosaldo e publicada em meados da década de 1970, são representativos deste período pioneiro, marcado pela preocupação em denunciar a opressão feminina universal sua principal característica era apresentar e teorizar sobre a mulher como vítima e sobre como se manifestava a opressão.

Num segundo momento, há revisão desta perspectiva sobre a opressão feminina universal, já na década de 1980. Neste ponto já começa a se discutir e

teorizar sobre as estruturas de uma sociedade e a valorização de acordo com o gênero e sua implicação na estrutura da desigualdade. Destacamos como representativo deste período a produção de Michele Rosaldo, em especial o texto “Os usos e abusos da Antropologia”, em que faz uma autocrítica às suas perspectivas anteriores. Uma terceira fase pode ser identificada na apropriação e uso da perspectiva de interseccionalidade de gênero e poder como sendo algo que permeia todas as relações sociais, como destaque deste período está a coletânea “Gênero e parentesco: ensaios para uma análise unificada”, organizada pelas antropólogas Jane Collier e Sylvia Yanagisako, publicada em fins da década de 1980.

Até aqui, percebemos que não se nota uma discussão sobre a questão racial. Há uma invisibilização dos corpos de mulheres negras, suas relações estabelecidas e/ ou lugar onde se encontram na sociedade. Não se discutia sua opressão, sua relação com o homem branco ou negro, e/ ou sua relação com os gêneros, ou melhor, não se discutia o ser mulher retirando o “lençol branco” que invisibilizava as experiências de corpos de mulheres negras. Esta é uma face do racismo naturalizado, uma das formas mais desumanas das relações de poder, e diria que intencional, como forma de manter a subalternidade dos corpos negros. Encobrir, fingir que não existe. Há uma grande discricção no que tange a discussão sobre as problemáticas da mulher e suas especificidades decorrentes de sua cor/raça. O lençol branco e fino aqui, representa a ideologia existente que possui como padrão a branquidade, que enxerga como cidadã a ser visibilizada a mulher branca, ou seja, a mulher universal tinha cor, mas, não discutia seus privilégios de cor.

A questão de cor se coloca como a sombra do “fantasma” de “perfectibilidade”, não faço aqui alusão a perfectibilidade de evolucionismo trazido por Nina Rodrigues, mas, uma “perfectibilidade” do que já é posto como o que é “ideal” (a mulher universal). Uma sombra existe, mas, para que possamos notar, é preciso estar em vigilância.

Cabe estar atenta a perceber se os estudos antropológicos com viés feminista apresentados na ANPOCS seguiram estas mesmas etapas de desenvolvimento, se algo mais específico surgiu ou se há a falta de alguma das etapas.

CAPÍTULO 2

2.1 ANPOCS E SEUS ENCONTROS

Neste segundo capítulo apresentarei parte dos dados utilizados para análise da pesquisa, os mesmos iniciam na década de 1970 e vão até a de 2000. Aqui, apresentarei material até a década de 1990, e análise dos trabalhos mais relevantes desta década, apresentando suas autoras e categorias mais utilizadas. A década de 2000 será a apresentada no capítulo três, por trazer desdobramentos dos achados de pesquisa.

A ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, possui publicações como revista a RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais e livros. Anualmente promove reuniões de caráter científico que proporcionam momentos de troca, de diálogos e intercâmbio de informações, e uma das formas que encontraram para que isso ocorra é através dos Grupos de Trabalhos temáticos, alvo de pesquisa para chegar ao objeto desta pesquisa⁵ Apesar da ANPOCS ter se iniciado em 1977, seu sítio não nos informa o que ocorreu neste encontro, que foi o único composto por somente um dia, 29 de setembro de 1977, na cidade de Rio de Janeiro. O único material disponibilizado é uma Ata manuscrita que contém artigos, capítulos e parágrafos que discorrem sobre sua constituição, limites, regras e o caráter da associação. Como o arquivo é a digitalização da ata manuscrita de 1977, a qualidade do documento dificulta a leitura.

De acordo com o explicitado na introdução, acerca da inexistência do acervo acessível sobre os primeiros dois anos da associação, minha pesquisa tem início a partir do ano de 1979, mais precisamente na cidade de Belo Horizonte – MG, no período de 18 a 22 de outubro.

Mapear as décadas de 1970, 1980 e 1990, trouxe-me a certeza do que vinha estudando em minha graduação até o momento. Teóricas, que até então conhecia de poucas leituras espaçadas, surgiram de forma concreta como construtoras de uma história do feminismo e dos estudos sobre a condição feminina no país. Revelavam a

⁵ Disponível em: <<https://anpocs.com/>>. Acessado em 2013.

sua parcela de contribuição na construção da categoria gênero e dos desdobramentos que esta categoria visibiliza, analisa e discute no Brasil, a exemplo, cito: Maria Luiza Heilborn que me apresentou de forma rápida a trajetória dos estudos de gênero no Brasil, textos de Maria Filomena Gregori, juntamente com Miriam Grossi que tive acesso em disciplinas como Gênero e Violência que me trouxeram uma nova maneira de pensar a mulher e o homem e os mecanismos e tramas que perpassam esta relação de violência. Além de contextualizar o conhecido, fui apresentada a pesquisadoras/es que até então não conhecia como Russel Parry Scott e Alice Rangel que em 1979 iniciavam a visibilização do trabalho da mulher. Conhecer este processo constitutivo do campo dos estudos sobre mulher e de Gênero trouxe-me um outro olhar, diria que mais amplo.

Mas, por que falo que meu mapeamento foi das décadas de 1970 a finais da década de 1990? Porque o mapeamento com leitura e análise de todos os textos neste período informado, foram feitos no espaço de tempo em que estive no projeto de pesquisa. Nos anos 2000 a 2010, apesar de seguir estritamente os critérios estabelecidos, não houve tempo hábil para a leitura e análise do material no primeiro momento, vindo a ocorrer posteriormente, pós finalização do projeto de pesquisa. E o que me levou a estas leituras, foram os resultados a que cheguei na primeira parte da pesquisa. Assim, na segunda parte da pesquisa que se desenrolará no capítulo 3, tratarei mais especificamente do material de pesquisa no período de 2000 a 2010, levando em consideração trabalhos apresentados, que para além dos pré-requisitos iniciais, tragam a discussão sobre gênero e raça.

2.2 ANTROPOLOGIA FEMINISTA BRASILEIRA, NA ANPOCS?

Passarei, então, a apresentar os dados que coletei na pesquisa sobre os trabalhos com temáticas feministas apresentados nos encontros da ANPOCS por pesquisadoras e pesquisadores com formação em antropologia. Uma visão geral foi sistematizada no seguinte quadro:

Tabela 1 – Antropólogas e antropólogos que apresentaram trabalhos sobre as problemáticas das mulheres no espaço de discussão da ANPOCS.

Década	Trabalhos	Antropólogas/es
1970-1980	2	2 (1 homem)
1980-1990	11	10 (0 homem)
1990-2000	17	17 (2 homens)
2000-2010	67	60 (16 homens)
1970-2010	97	89 (19 homens)

Fonte: Sítio ANPOCS/ Plataforma Lattes, criação da autora.

Como podemos ver no quadro acima, a década de 1970 abrigou uma quantidade mínima de trabalhos⁶ apresentados, por que a ANPOCS foi criada em 1977 e de acordo com informações encontradas, somente em 1979 foram implantados os formatos de Grupos de Trabalho (GT), tendo sido criado o primeiro GT que trataria do sujeito mulher na sua visibilidade do contexto do trabalho: o GT **Mulher na Força do Trabalho**. Desta forma este GT foi o precursor no que tange pesquisar e visibilizar as problemáticas da mulher, sendo encontrados na década de 1970 a 1980, dois

⁶Importante sinalizar que durante a pesquisa surgiram nomes de pesquisadoras que não consegui informações palpáveis de suas formações, são elas: Tatiana Teixeira de Carvalho, Paolla Capellin, Lilia M. Venâncio, a francesa Michele Ferrand, Zahidê Machado Neto, Zaira Ary entre outras. Zahidê Machado é importante para os estudos na área de pós-graduação na Bahia, e sobre a mulher dentro da Universidade Federal da Bahia, pois é atribuído a mesma os esforços para a criação das primeiras disciplinas sobre mulher (ZIRBEL, 2007). Cito também Danielle Ardaillon de quem não consegui dados sobre sua formação completa. Alguns nomes não se encontram na pesquisa nas décadas de 1980 e 1990 por conta da não inserção dos arquivos no sítio, exemplos: Maria Luiza Heilborn e Cecilia Sardenberg que possuem títulos que certamente contribuiriam a esta pesquisa. Esta última, através de contatos estabelecidos, me informou que suas apresentações foram orais, o que justifica a ausência destes documentos e assinala uma possível justificativa para a ausência dos outros textos. Outra situação de incômodo são produções de Cynthia Sarti, Maria Filomena Gregori, Miriam Grossi e Noemi Castilhos entre outras, que não estão disponíveis para consulta no sítio.

trabalhos de antropólogas e de antropólogos que se enquadram nos critérios definidos como feministas.

Na década de 1980-1990, foram encontradas 10 pesquisadoras e pesquisadores com formação em antropologia cujos trabalhos se enquadravam nos critérios definidos como feministas. Na década de 1990-2000 foram encontrados 16, dentre estes, 15 são mulheres e apenas um homem. Sobre quatro pesquisadoras e pesquisadores não foram encontrados dados relativos à sua formação, portanto, não podendo serem identificados como antropólogos e antropólogas.

Uma hipótese para a falta de dados é a de que estes profissionais já se encontravam inativos quando do lançamento e padronização da Plataforma Lattes que conhecemos hoje, que só começou sua ampla utilização no final da década de 1990. Contudo, insistimos na manutenção de algumas destas pesquisadoras por perceber que constam na bibliografia que são base teórica deste trabalho.

Já na década de 2000 a 2010, 67 trabalhos apresentavam questões relacionadas à temática feminista. Importante sinalizar que neste somatório de apresentações, existem repetições de autoras e de autores. Dentre os 60, 17 pesquisadores eram homens. Percebe-se que houve um aumento não somente na quantidade de trabalhos, como uma maior presença dos homens. Já na década de 1990 os estudos de gênero já institucionalizados trazem uma ampliação dos sujeitos de pesquisa e na década de 2000 ocorre como uma espécie de boom nas apresentações de trabalhos deste encontro relacionadas a questões sobre conjugalidades e sexualidade.

Abaixo segue algumas pesquisadoras e pesquisadores com formação em antropologia que são recorrentes nas décadas estudadas e que apresentaram trabalhos com temáticas feministas, são elas e eles:

Tabela 2 – Recorrência de antropólogas e antropólogos por década, que apresentaram trabalhos sobre as problemáticas das mulheres no espaço de discussão da ANPOCS.

Década	Antropólogas e antropólogos
1970-1980	Não houve recorrência

1980-1990	Gilda Casto, Maria Noemi Castilhos, Miriam Pilar Grossi, Heloisa Pontes
1990-2000	Maria Noemi Castilhos, Miriam Pilar Grossi, Fabiola Rohden, Suely Kofes, Miriam Goldenberg, Lourdes Bandeira, Carlos Guilherme Otaviano.
2000-2010	Suely Kofes, Heloisa Pontes, Miriam Goldenberg, Andrea Moraes, Patrícia Lânes, Camilo Albuquerque, Lourdes Bandeira, Lucila Scavone, Carolina Parreiras, Fabiola Rohden, Carlos Guilherme Otaviano, Natalia Cristina Sganzela.

Fonte: Sítio ANPOCS/ Plataforma Lattes, criação da autora

Vejamos, agora, nominalmente apenas as antropólogas e os antropólogos que pesquisavam a partir da problemática feminista encontradas e encontrados, bem como as características dos seus trabalhos e do seu Grupo de Trabalho:

Tabela 3 – Trabalhos de antropólogas e antropólogos apresentados nas reuniões da ANPOCS sobre temáticas feministas 1970 a 1999.

ENCONTROS DA ANPOCS - PERÍODO 1970 A 1999S - TRABALHOS APRESENTADOS POR ANTROPOLOGAS E ANTROPOLOGOS								
DÉCADA	ANO	ENCONTRO	PERÍODO	ESTADO	GT	COORDENAÇÃO	TRABALHO	AUTORA
1970 a 1980	1979	3º Encontro	17 a 19 de outubro	BH	Amulher na força do trabalho	x	O mundo da costura: Algumas considerações sobre trabalho assalariado e atividades independentes na indústria da confecção.	Alice Rangel de Paiva Abreu
							A rodução doméstica e a mulher no Recife.	Russel Perry Scott
1980 a 1990	1983	7º Encontro	26 a 28 de outubro	SP	Amulher na força do trabalho	Lia Fukui	Camponesas no Cariri	Gilda de Castro Rodrigues
							Trabalho feminino e propoganda governamental	Neuma Aguiar e Vanda Maria Costa Aderaldo
					Desquite representações sobre papeis sexuais e casamentos		Alice Inês de Oliveira e Silva	
					Cotidiano Feminino, lugar dos outros		Cynthia A. Sarti	
					Mulher e Família (anotações para definição de um objeto de pesquisa)		Mariza Corrêa	
					A família, a violência e o feminino		Heloisa André Pontes e Maria Filomena Gregori	
	1985	9º Encontro	22 a 25 de outubro	SP	Mulher na força do trabalho		O mito de Adão e Eva: A legitimidade da dominação masculina.	Gilda de Castro Rodrigues
					Mulher e política		Operárias, feminino plural.	Maria Noemi Castilhos
1989	13º Encontro	23 a 27 de outubro	MG	Mulher e política		O conceito de Gênero: Um novo "coração de mãe" nas pesquisas sobre mulher?	Miriam Grossi	

1990 a 2000	1990	14º Encontro	22 a 28 de outubro	MG	A transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais	Lena Lavinas* e Lourdes Bandeira	Trajetória da produção acadêmica sobre relações de gênero nas Ciências Sociais.	Lourdes Bandeira
	1991	15º Encontro	15 a 18 de outubro	MG	Relações Sociais e de Gênero	Celi regina Pinto e Mary Garcia Castro	Mulher e política: público x privado Vítimas ou Cumplices ? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil.	Maria Noemi Castilhos Miriam Pilar Grossi
	1994	18º Encontro	23 a 27 novembro	MG	Relações Sociais e de Gênero		Teoria da libertação e relações sociais de gênero: "A mulher e o homem: imagem de Deus?" (CNBB/1990)	Zaira Ary **
	1995	19º Encontro	17 a 21 de outubro	MG	Relações Sociais e de Gênero	Magda de Almeida Neves e Albertina de Oliveira Costa	Tensões e relações na constituição dos gêneros: trajetórias, experiências e significados.	Adriane de Mello Boff
							Caminhos do desejo - Uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas.	Tatiana Teixeira de Carvalho**
							Concepção valores de gênero e visão de futuro entre mulheres de baixa renda no Rio de Janeiro.	Jeni Vaitzman
					Sociologia da cultura brasileira		"Entre os atos": sobre "ensinar" gênero na Universidade, hoje.	Maria Sueli Kofes
	1996	20º Encontro	22 a 26 de outubro	MG	História Oral e Memória	Dulce Pandolfi e José Sergio Leite	Feminismo religião: uma combinação recente	Fabiola Rohden
	1997	21º Encontro	21 a 25 de outubro	MG	Sexualidade e subjetividade	Luiz Fernando Dias Duarte e Maria Luiza Heilborn	Mulheres e Militância política de esquerda no Brasil: Uma história não contada	Mirian Goldenberg
							Identidades sexuais, humor e experiência no contexto da AIDS.	Carlos Guilherme Octaviano Valle
							Histórias de mulheres, e de envelhecimento e sexualidade.	Clarice Ehlers Peixoto
							O invento de Abel Parente: concepções médicas sobre a mulher, o seu corpo e sua moral no final do século XIX.	Fabiola Rohden
Ficar e namorar: conhecer-se através do outro.							Flavia Maria Silva Rieth	
Comunicação corporal, comunicação verbal: trajetórias sexuais no Brasil e na França.	Maria Luiza Heilborn							
La construction bigraphique des orientations intimes	Michel Jean Bozon							
Medicalização da sexualidade	Laura Elizabeth Masson							

Fonte: Sitio ANPOCS/ Plataforma Lattes – criação da autora

2.3 APRESENTANDO E DISCUTINDO OS GRUPOS DE TRABALHO E SEUS TEXTOS

O campo me apresentou um grande escopo de trabalhos, no entanto, analisarei apenas os que de alguma forma delinearão a trajetória dos estudos antropológicos feministas como detalhamento do material apresentado. Início pelo GT **Mulher na força do trabalho**, que foi o primeiro a ter a mulher como objeto de pesquisa e discussão. A partir desse GT, pôde-se publicizar os trabalhos exercidos pelas mulheres na sociedade e sua relevância para economia local. Trabalhos etnográficos sobre mulheres foram apresentados, no entanto, estes ainda eram rasos de problematizações, pouco teorizaram, é como se eles viessem simplesmente para dizer “as mulheres estão aqui..., fazem isso..., nos vejam!”. Exemplo destes foram os trabalhos dos anos iniciais apresentados, são eles:

Título: **O mundo da costura: Algumas considerações sobre trabalho assalariado e atividades independentes na indústria da confecção**, de Alice Rangel de Paiva Abreu. A autora apresenta a costura como prática geralmente do feminino como uma forma flexível de obtenção de renda. Utilizou como método de trabalho entrevistas com mulheres que costuram. Seu trabalho utiliza referenciais teóricos marxistas.

Título: **A produção doméstica e a mulher no Recife**, de Russel Parry Scott. O autor apresenta atividades econômicas de mulheres no Recife, sua relevância e questões econômicas. Não foram encontradas as referências bibliográficas deste trabalho.

Título: **Camponesas no Cariri Paraibano**, de Gilda de Castro Rodrigues. A autora apresenta atividades econômicas de mulheres no Cariri – Paraíba, e sua relevância e questões econômicas. Não cita as referências bibliográficas utilizadas.

Título: **Trabalho feminino e propaganda governamental**, de Neuma Aguiar e Vanda Maria Costa Aderaldo. Por meio da análise de filmes de propagandas governamentais, buscaram compreender e identificar os papéis sexuais atribuídos a homens e mulheres. Em sua bibliografia utiliza: M. C. Aranha Bruschini, Maria Dolores Bernard, J. Alain Miller, Michel Foucault entre outras/os.

Título: **O mito de Adão e Eva: A legitimidade da dominação masculina**, de Gilda de Castro Rodrigues. Sua produção foi basicamente buscar o mito de Adão e Eva e apresentar seu uso na sociedade ocidental de forma a domesticar a mulher e legitimar a “superioridade” do homem. Sua bibliografia é estritamente antropológica, além do uso de livros sagrados. Utiliza Roberto da Matta, Levi-Strauss, a Bíblia, alguns livros de conteúdo cristão e uma tese chamada: “Trabalhadeiras” e “Camarados”: Um estudo sobre o status da mulher numa comunidade de pescadores, de M. Angélica Maués Mota.

Na década de 1980, mas, precisamente no ano de 1983, com a criação do **GT - Família e Sociedade**, com a coordenação de Lia Fukui, que se iniciam as problematizações teóricas que focaram em discutir sobre espaços públicos e privados.

Os trabalhos apresentados neste GT buscavam apresentar como ação política as atividades das mulheres em seu cotidiano seja nos bairros em que moram, na casa

que vivem. Neste GT também se escancara o lado político de denúncia utilizado pelas pesquisadoras e a relevância do feminismo no processo de denúncia das violências as quais as mulheres estavam submetidas. No entanto, nestas pesquisas se coloca importante sinalizar que uma visão relativizadora é utilizada, o que põe em discussão as polaridades até então fixas de quem é vítima e de quem é o opressor. Neste GT iniciam-se as menções à categoria gênero que vinha nascendo no Brasil.

Evidencia-se diante das leituras dos trabalhos que as suas autoras ainda estavam em processo de exploração, de conhecimento, do que era esse “tal feminismo que vem de lá”, ou seja, conhecer e entender melhor algumas das principais obras do feminismo anglo-saxão que ainda se encontravam em processo de tradução para o português. Esta impressão se deve à percepção de tempos diferentes nas escritas: enquanto algumas estavam avançando um pouco mais nos estudos, outras ainda buscavam incansavelmente conhecer as primeiras e principais obras anglo-saxãs. Como exemplo, cito um excerto do trabalho de Teresa Caldeira e Danielle Adailon:

“(...) pretendíamos fazer uma releitura de alguns textos básicos do feminismo, para entender o que poderia ser concretamente essa “primeira etapa” do movimento, cujo final Betty Friedan estava anunciando. Não foi possível terminar a tarefa; tomamos apenas o seu ponto inicial, o clássico *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (...).” (ARDAILLON e CALDEIRA, 1983, p. 3)

Vejamos os trabalhos que compuseram este GT. O texto **Desquite: representações sobre papéis sexuais e casamentos**, de Alice Inês de Oliveira e Silva. A autora explicita, analisa e teoriza sobre o público e o privado atribuídos ao homem e a mulher respectivamente e conseqüentemente, sobre a reprodução do estereótipo do feminino, para isso ela utiliza de rituais de passagem, que neste caso seria o Desquite. Sua bibliografia é toda voltada a antropologia e antropólogas que pesquisam sobre a mulher, parentesco entre outras. Algumas autoras utilizadas, foram: Rosaldo e Lamphere, Chodorow, Da Matta, Abreu Filho, Francheto B., Heloisa Pontes, Filomena Gregora, entre outras autoras. Já o texto **Cotidiano Feminino, lugar dos outros**, de Cynthia A. Sartipubliciza e identifica a ação política no cotidiano das mulheres em seus bairros, vida e casa. Na sua bibliografia utilizou Cristina Bruschini, Teresa Caldeira, Daniele Chaubad, Daniele Coumbes, Christine Delphis, Richard Hoggart, Elisabeth Jelin, Michel Andree, Paul Smith entre outras (as). No texto **Mulher**

e família (anotações para definição de um objeto de pesquisa), de Mariza Corrêa, apresenta-se uma ampla discussão sobre o feminismo, seus dilemas, conquistas, dificuldades. Percebe-se a tensão entre pesquisadoras e militantes. A autora já trabalha com as categorias gênero, classe e geração, sem assim nomeá-las, e pede uma continuação deste estudo de forma a identificar e explicitar, linhas e alianças teóricas, políticas, familiares, regionais e outras. Vejo este como um dos trabalhos de extrema importância pela consistência de suas análises e por falar da ampla contribuição do feminismo na academia influenciando pesquisas de variados temas (aborto, mulheres chefe de família...). Creio ser importante reproduzir uma parte de seu trabalho que diz o seguinte:

A multiplicação destas pesquisas acompanhou de perto a curva dos interesses políticos da sociedade brasileira como um todo e da trajetória teórica das Ciências Sociais, em particular: a cidadania, a violência, o trabalho, a sexualidade (...)os trabalhos de pesquisa histórica e antropológica tem contribuído fortemente apresentando aspectos até então não visibilizados e analisados da participação da mulher fora do círculo familiar. (CORRÊA, 1983, p.9)

Ela traz em seu texto várias expressões muito utilizadas à época, mas, cabe aqui a que diz “tornar visível o invisível”. Creio que esta expressão resume a contribuição do feminismo para antropologia de acordo com o que Mariza Corrêa nos apresenta neste trabalho. Está pesquisa possui uma ampla bibliografia em sua maioria de pesquisadoras mulheres e feministas, como: Alice Rangel, Suely Kofes, Zaíra Ari Elisabeth Badinter, Eva Blay, Christina Bruschini, Guita Debert, Eunice Durham, Lia Fukui, Zahidê Machado, Heloisa Pontes, Heleieth Saffioti, Verena Stolcke, Alba Zaluar, entre outras autoras

O texto **A família, a violência e o feminismo**, de Heloísa André Pontes e Maria Filomena Gregoridis corre sobre a importância do feminismo para a identificação da violência no âmbito do doméstico, apresentando limites e pontos de reflexão. Traz também uma visão relativizadora da violência em variadas sociedades. E põe a mesa também uma reflexão sobre a visão essencializadora do jurídico em relação às situações de violência vividas pelas mulheres. Seu trabalho objetiva propor através destas discussões o alargamento da cidadania das mulheres. Nas suas referências bibliográficas utilizam bastante Paoli, além de utilizarem: Da Matta, Kofes, Oliveira, Lamphere, Mariza Corrêa, Lebez Martine. Não havia bibliografia completa, somente

os sobrenomes com o ano, o que dificulta um pouco a identificação das obras utilizadas. O texto **Mulher, indivíduo e família**, de Danielle Adailon e Teresa Caldeira discorre sobre a posição da mulher na sociedade e para isso fazem uma releitura das obras de Bety Friedan e Simone de Beauvoir. Elas concluem sua análise dizendo que

Finalmente cabe uma observação sobre o Brasil. Entre nós adota-se uma solução bastante peculiar para se enfrentar o conflito individualidade e reprodução: a mediação da empregada doméstica. A dualidade família-reprodução intermediada pela empregada doméstica constitui-se um dos nós essenciais para entender o universo doméstico. (CALDEIRA e ARDAILLON, 1983, p. 21)

Creio ser importante trazer este ponto para o corpo do trabalho porque neste momento apresenta-se de forma discreta a existência de uma “outra mulher”.

Em 1985 com a criação do **GT Mulher e Política**, voltamos a alguns assuntos que haviam se iniciado com a discussão nos primeiros anos da década de 1980, mas, agora de uma forma mais profunda e analisada. As participações das mulheres em espaços como a fábrica é vista observando o aspecto político de suas ações e não somente são relatadas as suas dinâmicas de trabalho. Neste GT também é o espaço onde pela primeira vez se cita, conceitua e analisa a categoria Gênero (GROSSI, 1989). Destacamos, entre os textos apresentados **Operárias, feminino plural**, de Maria Noemi Castilhos Brito. Sua produção visibiliza a mulher no contexto da fábrica, sindicatos, e outros espaços como família etc. Para análise, utiliza bibliografias feministas como: Simone de Beauvoir, Cynthia Sarti e Eva Blay, além de utilizar Foucault. O texto **O conceito de Gênero: Um novo “coração de mãe” nas pesquisas sobre mulher?** De Miriam Grossi, a autora apresenta sua reflexão sobre o conceito de gênero, aponta problemáticas e pede novos debates sobre a teoria, não negando sua relevância e interdisciplinariedade. Bibliografia utiliza de feministas contemporâneas como Maria Filomena Gregori, Cynthia Sarti, entre outras. Suas referências bibliográficas são extensas. Ao iniciar seu artigo ela busca o conceito de Gênero em variadas áreas da ciência como: Linguística e Literatura, esta traz uma visão não sexista da linguagem com Marta Lamas; Na psicologia e Psicanálise, ela busca Stoller, Rubin e Chodorov, e a argentina Dibleicham. “O conceito de gênero na psicologia é definido pela distinção entre o sexo biológico e o sexo social. Construído único e exclusivamente pelo simbólico” (DIBLEICHAM, 1988. In. GROSSI, 1989, p.6).

Grossi informa que a categoria Gênero só passa a adentrar os estudos sobre a mulher a partir de antropólogas feministas. Segundo a autora, o conceito de papéis sexuais que já era utilizada pela antropologia, volta a ser utilizada na década de 1970, ganhando novo fôlego e novo nome (Gênero), com o objetivo de desnaturalizar a discussão sobre papéis sexuais, dando entrada a noção de hierarquia e relações de poder. A autora conceitua Gênero utilizando **Ortner e Whitehead**, como produtos de processos culturais, que se constroem de forma relacional e dinâmica, por isso gênero é mutável e conjuntural e sinaliza que a noção de hierarquia é a chave central para compreender a noção de Gênero (GROSSI, 1989, p. 9-28).

O trabalho de Miriam Grossi marca um momento de mudança de categorias de análise nos estudos que anteriormente eram somente sobre mulheres e suas problemáticas invisibilizadas. A categoria Gênero vem para ampliar as discussões no que tange os femininos e masculinos e suas relações de poder, apresentando que necessitavam os de uma análise relacional. O primeiro GT a ter em seu título a categoria gênero na ANPOCS foi intitulado como **A transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais**, no ano de 1990, e teve como coordenadoras as pesquisadoras Lena Lavinias* e Lourdes Bandeira. O GT não poderia iniciar de uma maneira melhor do que com a apresentação do trabalho de Lourdes Maria Bandeira sob o título: **Trajetória da produção acadêmica sobre relações de gênero nas Ciências Sociais**. A autora traça um histórico, analítico sobre o GT: Mulher e Política de 1980 a 1989 e suas contribuições conceituais. Segundo a autora o feminismo trouxe a voz e a vez das mulheres, trouxe uma tomada de consciência. A autora nos apresenta o movimento de mulheres da década de 1970 como o fenômeno que impulsionou tal inserção da temática nas Ciências Sociais. O GT criado pela então professora da Pontifícia Universidade Católica – PUC, Fanny Tabak foi um espaço pioneiro da discussão da problemática da mulher que aos poucos foi tomando corpo até chegar à categoria gênero. Traça também uma análise dos métodos utilizados pelas pesquisadoras que iniciam extremamente empíricos, sem uma vertente teórica impositiva. O principal objetivo era o de visibilizar a situação em que a mulher se encontrava no que concernia à divisão sexual do trabalho, a cidadania da mulher o que inclui sua participação e representação política, ou seja, a (re)construção de sua identidade como mulher na sociedade. A partir de 1987 os trabalhos ganham um

caráter mais epistemológico. Como bibliografia utilizou todos os trabalhos do GT: Mulher e política de 1982 – 1989, mais outros trabalhos de Maria Luiza Heilborn, Sabina Lovibond, Duby Georges, Tereza Pires Caldeira, Anette Goldberg, Elizabeth Lobo, Miriam Grossi (mais usada neste trabalho), Albertina Costa e outras.

No ano seguinte em 1991 surge o **GT - Relações sociais e de gênero**, coordenado por Celi Regina Pinto e Mary Garcia Castro. Destacamos os trabalhos apresentados: **Mulher e política: público x privado?** de Maria Noemi Castilhos. Esta buscou analisar criticamente o movimento feminista e a dicotomia fixa posta nos espaços público e privado. Crítica o extremismo da dualidade colocada, que para ela ignora a relação entre as esferas, não permitindo ver similaridades e / ou interconexões e disfarça a desigualdade de gênero, dificultando o entendimento das experiências das mulheres. Crítica Michele Rosaldo por manter a separação dicotômica do doméstico e o público cuja delimitação explicaria a subordinação universal das mulheres na medida em que eram confinadas a primeira e excluía a segunda. Traz novamente Rosaldo (1980:400), rejeitando a ênfase explicativa das categorias doméstico / público, apresentando gênero como produto complexo. Nesta pesquisa a autora traz a contribuição da categoria de gênero para investigações que incorporam o masculino e o feminino numa análise relacional, contrariando o enfoque da ciência política até então, que apresentavam as mulheres como apolíticas. A partir de experiências de historiadoras e antropólogas para apresentar experiências femininas que não podem ser interpretadas a partir de definições dicotômicas pré-estabelecidas, discute a abertura de um novo caminho metodológico pelo desenvolvimento da historiografia feminista. Pede uma “relativização das normas e das temporalidades pré-fixadas” (BRITTO, 1991, p. 13); cita Maria Odila da Silva Dias em sua crítica ao “pressuposto de uma condição feminina” como uma condição ideal, abstrata e universal e propõe “a reconstrução dos papéis sociais femininos como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade...” através da micro-história do cotidiano (DIAS, 1990:12 *apud* BRITTO, ano 1991, p13). Vejo como importante citar neste artigo, para além das delimitações e interconexões do que é público e privado e de estarem neles contidos o masculino e o feminino, é a percepção das relações de poder que os moldam. Em seu trabalho cita Hansen, Scott, Michele Rosaldo, Claudia Fonseca, Maria Odila da Silva, Ana Alice Costa, Albertina de Oliveira Costa, Eva Blay, Maria Odélia, Guita, Bela-Feldman Bianco, Anete Goldberg, Claudia

Fonseca, Carol Pateman, Celi Regina Pinto, Michele Rosaldo, Foucault, Fanny Tabak, Joan Scott e outros e outras.

O texto **Vítimas ou cúmplices? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre a violência contra a mulher no Brasil**, de Miriam Pillar Grossi discorre sobre a problemática da violência no Brasil (Grossi 1988-1981). Utiliza o recorte da década de 1980, pois, neste momento a violência doméstica surge como bandeira do movimento feminista, que é reapropriado pelo Estado com a criação das DEAMs, e suscita uma série de inquietações teóricas no campo das Ciências Sociais. A análise é feita utilizando a produção acadêmica nas seguintes áreas: Ciências Sociais, Psicologia e História. Neste estudo é apontada a transformação teórica ocorrida.

Uma primeira análise do conjunto dos estudos sobre a violência contra a mulher me leva a sinalizar diferentes abordagens teóricas da questão: uma, mais generalizante, que opera com o conceito de violência utilizado como sinônimo de opressão masculina; uma outra, majoritária nos trabalhos analisados, que escolhe a violência conjugal ou doméstica como locus privilegiado de análise da situação estrutural da mulher na sociedade brasileira; uma terceira, mais recente, parece apontar ora para uma redefinição da problemática da violência a luz dos estudos de gênero, ora retorna a uma abordagem feminista da violência, com a recuperação do significado mais amplo do conceito, ligado a ideia de opressão da mulher. Estas três abordagens estão, no meu entender, estão relacionadas com a própria transformação teórica ocorrida no seio do campo de estudos sobre mulher no Brasil. (GROSSI, 1991, p. 2)

A grande maioria dos estudos sobre violência contra as mulheres no Brasil faz referência ao feminismo devido ao seu caráter político (visibilidade da violência doméstica, ou seja, o caráter de denúncia constituído pelo movimento). O caráter universalizante e essencializador que desconsidera a diferença é criticado, chama-se de “armadilha positivista” (Heloisa Pontes). Grossi faz uma análise das teses de Filomena Gregori, 1988, Miriam Grossi (a própria autora), 1988 e Heloisa Pontes, 1986, seu objetivo foi entender a problemática da mulher em situação de violência a partir de diferentes abordagens.

Os três trabalhos foram feitos na área de Antropologia, com a postura metodológica de "observação participante", os três se propõem a entender a violência a partir da experiência militante alternativa dos SOS, todos têm a preocupação de relativizar o discurso "nativo" feminista e compreender que discurso é esse. (GROSSI, 1991, p.4)

A autora traz os variados aspectos pelo qual se pesquisa a violência, mas, enfatiza a entrada do conceito de gênero trazendo uma abordagem relativizadora, no entanto traz uma reflexão sobre as idas e vindas de determinados enfoques da violência (opressão da mulher). Grossi finaliza colocando em questão uma sessão da ANPOCS intitulada Violência contra a mulher, trazendo uma reflexão.

Esta sessão da ANPOCS sobre violência contra a mulher abrange temas como prostituição, controle do corpo da mulher, estupro familiar, discriminação da mulher negra. Coloca-se novamente a questão sobre o significado dessa ampliação do conceito de violência: seria uma nova abordagem ou o retorno a visão de violência como sinônimo de opressão? (GROSSI, 1991, p.17)

É posto em questão o relativismo antropológico; questiona-se se não há um esgotamento da abordagem mais relativista que mostrou, segundo a autora, a violência como uma relação de complementariedade “desigual, sem dúvida ... como conciliar nosso relativismo com a situação concreta da desigualdade e desrespeito a cidadania da mulher? ” (Grossi, 1991). Utiliza como referências Alba Zaluar, Otávio Velho, Danielle Ardaillon, Marilena Chauí, Bourdieu, Mariza Corrêa, Claudia Fonseca, Anete Goldberg, Maria Filomena Gregori, Maria Ignez Moreira, Maria Celia Paoli, Heloisa André Pontes, Bila Sorj, ela mesma e outros e outras.

No ano de 1994, o **GT - Relações sociais e de Gênero** se mantém e o único trabalho apresentado por uma pesquisa com formação em antropologia foi **Teoria da libertação e relações sociais de gênero: “A mulher e o homem: imagem de Deus?” (CNBB/ 1990)**, de Zaira Ary⁷. A autora faz uma análise dos textos da CF - Campanha da Fraternidade de 1990, em que propõe apresentar a mulher e o homem à imagem de Deus. Não possui bibliografia seu trabalho digitalizado.

Em 1995, no **GT Relações sociais e de gênero**, sob a coordenação de Magda de Almeida Neves e Albertina de Oliveira Costa, tivemos os seguintes trabalhos:

⁷Zaira Ary – não encontrei seu currículo Lattes, creio que na época provavelmente ainda não havia sido criado. Tive dificuldades de encontrar sua formação, em alguns espaços a trazia como socióloga e em outros como antropóloga, decidi mantê-la nos estudos pois, é a única que discute sobre a problemática da mulher trazendo a público questões relacionadas a religião cristã.

Tensões e relações na constituição ds gêneros: trajetórias, experiências e significados, de Adriane de Mello Boff. O presente trabalho etnografa um programa de rádio chamado “Adeus solidão” (AM – Porto Alegre – Rádio Farroupilha) que viabiliza encontro de casais, apresentando histórias de amor e suas significações. A autoracruza gênero com trajetórias conjugais e afetivas, curso de vida que moldam especificidades das narrativas amorosas femininas e masculinas já que as pessoas se constroem do gênero na permanente relação com os outros.

O público que participa dos encontros e que são ouvintes possuem de 50 a 70 anos e grande parte já foi casado. Utiliza em sua bibliografia Mariza Correa, Bordieu, Guita Debert, Eunice Duhran, Claudia Fonceca, Maria Filomena Gregori, Marcel Mauss, Levi Strauss, Cynthia Sarti, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Michele Rosaldo, Gilberto Velho entre outros e outras.

O trabalho **Caminhos do desejo – Uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas**, de Tatiana Teixeira de Carvalho, que entrevista mulheres de classe média que possuem relações homoafetivas que já tiveram relações heterossexuais anteriores. A autora busca perceber a construção dessa identidade e como se dão estas relações. Percebe um discurso comum sobre passivo e ativo, e o discurso de masculinização e androginia. Ainda algumas tentam mascarar a vontade de fazer sexo pelo amor a pessoa. No entanto é perceptível a divisão igualitária na casa e na cama. Utiliza em sua bibliografia Maria Luiza Heilborn, Michel Foucault, Luiz Mott, Jaqueline Muniz, Edward MacRae, Maria Loyola, Phillippe Ariés, Carmem Guimarães e outros e outras. No texto **Contracepção, valores de gênero e visão de futuro entre mulheres de baixa renda no Rio de Janeiro**, de Jeni Vaitsman, por meio de entrevistas com mulheres de camadas populares, observa o rompimento de barreiras no que diz respeito a público / privado, prole numerosa ou não, e salário, no sentido de saber o que mudou após ao processo de contracepção. Duas identidades são colocadas em questão: mulher rica e mulher pobre. Utilizou em sua bibliografia, E. Berquó, Maria Isabel Almeida, Zaira Ay, E. Duham, Maria Luiza Heilborn, Laclau, Heleieth Saffioti, T. Salém, Cynthia Sarti, Joan Scott, Gilberto Velho entre outros e outras. O **“Entre os atos”**: sobre o **“ensinar” gênero na Universidade, hoje**, de Maria Sueli Kofes, fala sobre sua experiência ministrando as disciplinas de Família e Gênero no Doutorado da Unicamp e Identidade Social e Relações Interétnicas na graduação. Discorre sobre discussões com alunos e alunas

e o uso e importância da categoria gênero e da disciplina para estes alunos e alunas e avalia que o melhor aproveitamento ocorreu nas / nos discentes da graduação que no doutorado, apesar do programa de doutorado ser mais aprofundado do que o da graduação. Não possui bibliografia este trabalho digitalizado.

Em 1996, dentro do **GT - História Oral e Memória**, que teve como coordenação Dulce Pandolfi e José Sergio Leite Lopes, apresentou-se o trabalho intitulado: **Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: Uma história não contada**, de Mirian Goldenberg. Através de pesquisas, entrevistas, trabalhos de campo e outros, a autora quer traçar o percurso das militantes comunistas dentro do partido. Analisa a discriminação que sofreram de forma mais ampla, a reprodução sexual do trabalho, a inserção destas militantes, que posições ocupam, que tarefas estão designadas. Existe uma ética ou valores diferentes no interior deste espaço com relação ao casamento, maternidade, sexualidade. A autora busca saber se a identidade destas mulheres surge a partir do contraste (semelhanças e diferenças) entre mulheres e militantes e as “comuns” e ou entre mulheres e homens militantes. Em sua bibliografia, utiliza Badinter, Elisabeth, Bourdieu, Pierre, Goldenberg, Mirian Grossi, Velho, Gilberto entre outros e outras.

Em 1997 observamos a entrada do **marcador sexualidade** no título de um GT da ANPOCS, **GT - Sexualidade e subjetividade**, este foi coordenado por Luiz Fernando Dias Duarte e Maria Luiza Heilborn. Os trabalhos apresentados foram: **Identidades sexuais, humor e experiência no contexto da AIDS**, de Carlos Guilherme Octaviano Valle. O autor neste trabalho traça a construção de identidades sexuais e das diferenças de gênero no contexto da HIV/AIDS, na cidade do Rio de Janeiro. Para isso utiliza o método da etnografia em uma organização chamada GPV – Grupo pela Vida – Rio. O autor aborda o surgimento e o uso das categorias identitárias como aidético, pessoas vivendo com AIDS, soropositivo, soronegativo e soroindefinido no Brasil e seus efeitos sobre identidades sexuais correntes (homossexual, heterossexual, gay etc.) e para as diferenças de gênero (masculino, feminino etc.). Utiliza em sua bibliografia Judith Butler, Michel Foucault, Donna Goldstein, Jane Galvão, Peter Fry, Edward Mcrae entre outros e outras, na sua maioria estrangeira. O **Histórias de mulheres, de envelhecimento e sexualidade**, de Clarice Ehlers Peixoto apresenta a invisibilidade da mulher idosa, trabalhando assim gênero e idade/geração e o lugar onde está é colocada. Apresenta também a visão

da sociedade, mostrando a identidade sendo construída de forma relacional. Utilizou em sua bibliografia, Guita Debert, Michael Bozon, Hilde Rosenmayr e alguns outros e outras.

Em **O invento de Abel Parente: concepções médicas sobre a mulher, o seu corpo e sua moral no final do séc. XIX**, Fabiola Rohden apresenta o que ela chama de etnografia, mas, parece muito uma transcrição de discurso. Neste artigo, um médico chamado Abel Parente apresenta à sociedade em 1893 métodos que controlariam por determinado tempo a concepção, indo de encontro com o pensamento moralista da época. A autora faz uma pequena análise destes discursos. Não indica as referências que ajudaram no trabalho, somente as fontes de pesquisa etnográfica. Em **Ficar e namorar: conhecer-se através do outro**, de Flavia Maria Silva Rieth, a autora discorre e faz uma pequena análise sobre experiências de 24 jovens, sendo 12 homens e 12 mulheres. Conclui que todos e todas buscam sexo com amor, no entanto a mulher segue com um discurso mais inocente, moralista de honra e vergonha. Utilizou como referências bibliográficas, Michel Bozon, Mariza Corrêa, Phillipe Aries, Maria Luiza Heilborn, Nicolau Abagnano, Tania Salem e outros e outras.

O texto **Comunicação corporal, comunicação verbal: trajetórias sexuais no Brasil e na França**, de Maria Luiza Heilborn, faz análise comparativa de trajetórias afetivo-sexuais nas camadas médias do Rio de Janeiro e Paris. Trabalho realizado pela autora em questão, em conjunto com Michel Bozon, parte do princípio que a sexualidade é um domínio da vida social e que importa em socialização, em interpretação de regras e significados, em constituição de um sistema de atitudes, em suma na existência de um contexto cultural, enfocando o peso diferencial que a interação verbal e o contato corporal desempenham na aproximação entre parceiros de sexo diferentes nas duas culturas. A interpretação feita trabalha com as diferenças de estilo e adestramento dos corpos, a modelação cultural das emoções e a construção de fronteiras entre os sujeitos que estampam modalidades distintas de processos civilizatórios. Utiliza em suas referências bibliográficas Phillipe Aries, Judith Butler, Gilberto Freyre, Geertz, Michel Bozon, Laquer e outras. O texto **La construction Biographique des orientations intimes**, de Michel Jean Bozon (trabalho feito em parceria com Maria Heilborn). Utiliza em suas referências, Maria Luiza Heilborn, Michel Foucault, Peter Fry e outras.

O texto **Sexologia: medicalização da sexualidade**, de Laura Elizabeth Masson, analisa as representações da sexualidade em médicos que se autodenominam sexólogos e aqueles que “são receptores de consulta sobre sexualidade”. O interesse da autora é perceber qual a “...apropriação feita pela medicina de um campo do saber no qual ainda não possui um corpo sistematizado de conhecimentos tais como acontece em outras especialidades.” Foi observado que o tratamento mostra uma diferença entre a sexualidade feminina e masculina. Tendo a masculina como potência e a feminina como para reprodução, e discursos de doenças sexualmente transmissíveis. A autora pretende mostrar de modo geral que na sexualidade e na reprodução estão em jogo mais tensões coletivas que o prazer individual e a reprodução humana (De Barbieri). Utiliza em suas referências Phillippe Arie, Michel Bozon, Gayle Rubin, Michel Foucault e outras.

Nos anos de 1998 e 1999, não há registro de resumos ou artigos disponíveis que possa ser verificado a existência de trabalhos construídos por antropólogas (os) sobre as problemáticas características do feminismo. Não houve grupos em seu título direcionados para Mulher, Família, Gênero, Sexualidade. O título de grupo de discussão que mais se aproximava aos temas, foi o GT Pessoa, corpo e saúde, onde nestes anos os coordenadores foram Ondina Fachel e Jane Russo, em 1999 além destas acrescenta-se Maria Luiza Heilborn e Luiz Fernando Duarte, no entanto os trabalhos apresentados não se encaixavam nos pré-requisitos aqui estabelecidos, dessa forma não entraram nesta pesquisa.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS: ANTROPOLOGIA E FEMINISMO NO ESPAÇO DE DISCUSSÃO DA ANPOCS

Os trabalhos observados foram aqueles elaborados por antropólogas e antropólogos, que apresentavam a problemática feminista, ou seja, reflexões concernentes à identificação e análise da condição feminina, o lugar da mulher, a assimetria de gênero e de poder, bem como a articulação entre os diferentes marcadores sociais da diferença.

No período investigado, 1970-1999, foram apresentados 29 trabalhos, sendo 26 apresentados por antropólogas e somente três por antropólogos, o que sugere um

dato importante do universo de pesquisa: a problemática feminista na Antropologia, representada nos encontros da ANPOCS, é um fenômeno majoritariamente feminino. Característica, esta, que sofrerá mudança na década seguinte. Importante ressaltar este processo, pois mostra que em sua maioria, o sujeito e objeto das pesquisas antropológicas influenciadas pelo feminismo na ANPOCS são mulheres.

A discussão sobre a visibilidade da mulher, sobre o que faz, onde trabalha, como é vista, permeou o início das pesquisas apresentadas (1980-1990) e rapidamente ganhou outros rumos analíticos, em meados da década seguinte, como o próprio corpo da mulher que foi politizado; a sexualidade, tanto do homem quanto da mulher, passou a ser problematizada como oriunda das relações sociais, fruto da coletividade, e não mais do como algo da ordem do pessoal e particular, como veremos com a discussão que iniciarei mais abaixo.

Nas pesquisas antropológicas que tratam da problemática feminista, apresentadas nos Encontros da ANPOCS de 1979 a 1999, pode-se perceber a existência de diferentes fases no desenvolvimento teórico e analítico.

Muito embora a década de 1970 seja de extrema relevância para a história do feminismo brasileiro, o mesmo não pôde se desenvolver tanto, por limites impostos, pois, ainda estava sob ditadura militar, o que limitava o processo de organização política.

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida; os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde, entre outros. (MORAES, 2012, p.116)

Creio que isto tenha influenciado para que este período tenha sido sub-representado no contexto dos Encontros da ANPOCS, dada a data de criação da Associação e início dos encontros, ocorridos a partir de 1978.

É no ano de 1979, que tudo se inicia e a problemática feminista na Antropologia foi representada em torno das categorias **Mulher e Trabalho**, em somente 01 **GT**, denominado **Mulher na Força do Trabalho**, tendo como exemplo os trabalhos apresentados por Alice Rangel de Oliveira Paiva e Russel Parry Scott. Estes problematizaram a relação entre autonomia e trabalho das mulheres como fonte de renda familiar, apesar de toda a realidade que a “condenaria” ao espaço do privado,

que erroneamente era tido como não produtor de ações econômicas e políticas. Os trabalhos apresentam característica descritiva e se orientam por perspectiva teórica marxista. Como dito em sua bibliografia utilizam variadas obras de Karl Marx, e para além destes aparecem alguns artigos e textos de Maria Rosilene Alvim e Arakcy Rodrigues.

O GT Mulher na Força do trabalho teve como coordenação Neuma Aguiar, Heleieth Saffioti e Lena Lavinias, cujas as formações são respectivamente sociólogas e economista. Este foi o pioneiro em tratar das questões das mulheres com caráter feminista, no âmbito da ANPOCS. Este GT abrigou os textos, Camponesas no Cariri Paraibano, O mito de Adão e Eva: A legitimidade da dominação masculina e Trabalho feminino e propaganda governamental de, respectivamente, Gilda de Castro Rodrigues e Neuma Aguiar, nos 7º e 9º. Encontros. Estas pesquisas apresentam como núcleo temático em comum a biologização e conseqüente naturalização e reprodução dos papéis sexuais através de mecanismos de poder.

Percebemos que o caminho feito em muito se parece com o apresentado por Alinne Bonetti (2009), quando traça as características da antropologia feminista anglo-saxã, quando fala da opressão feminina.

A fase inicial pode ser caracterizada como a de teorização sobre a opressão feminina, que assumia um caráter universal, de acordo com a formulação das questões norteadoras das pesquisas de então. Uma das características mais predominantes das produções dessa fase pode ser encerrada na ideia de que as pesquisas e análises buscavam pelas vítimas oprimidas de cada sociedade, bem como pela forma através da qual essa opressão se manifestava. (BONETTI, 2009, p. 107).

Também visibiliza uma mulher ativa economicamente nos espaços da sua casa e comunidade local. Apesar de ter um cunho feminista em se ater a visibilização da opressão da mulher e positivação de suas atividades, ainda eram trabalhos muitodescritivos. A opressão da mulher iniciava a ser analisada, exemplo disso foi o trabalho de Gilda Castro Rodrigues, assim como a reflexão das relações de poder se iniciava.

Na década de 1980, a problemática feminista na Antropologia gira em torno das relações entre **Mulher, Poder e Cotidiano** e aparece em quatro GTs. O GT com maior número de trabalhos apresentados por antropólogas com viés feminista no período é

o intitulado **Família e Sociedade**, coordenado nesta década por Lia Fukui, Mariza Corrêa, Elisabete Bilac e Maria Cristina Bruschini, todas sociólogas exceto a segunda, que é formada em antropologia. Neste GT, foram apresentadas quatro pesquisas elaboradas por antropólogas, no âmbito do 7º. Encontro, a saber: o desquite que aparece através de relatos de mulheres, apresentando a trama dos simbólicos modelos de conjugalidades, temas como vergonha, solidão e ideologia dos papéis sexuais, também surgem no debate (Alice Inês, 1983). A mulher é visibilizada e repensada em seus trabalhos domésticos e em sua especificidade na divisão sexual do trabalho. A atuação política das mulheres no cotidiano de suas vidas é apresentada de forma a ampliar o que é político (Sarti, 1983). E o feminismo neste GT é apresentado como principal contribuinte para se pensar as problemáticas das mulheres no que se refere a trabalho formalizado, trabalho doméstico, família, violência familiar entre outros trazendo um debate na sociedade da condição atribuída às mulheres. A temática violência é abordada pela ótica antropológica, visibilizando uma mulher não somente vítima, mas, participe de um jogo relacional (Mariza Correa, Heloisa Pontes e Filomena Gregori, 1983). Desta forma o público e o privado são ressignificados e ampliados a universalidade da opressão da mulher e as relações de poder são refletidas, e aparecem estudos antropológicos engajados politicamente na causa feminista.

Percebemos que o tema mulher e trabalho continuam a ser pesquisados, no entanto não mais de forma descritiva, passa a ser problematizado. No entanto, o que vai aparecer com mais veemência é a discussão do alargamento dos seus espaços de atuação e as problemáticas ainda invisibilizadas ali, como de forma discreta iniciam-se pesquisas sobre a sexualidade desta mulher e suas relações de conjugalidades. Vejo como grande contribuição nas póstumas discussões sobre as relações de poder entre homens e mulheres neste momento, o trabalho de Gregori (1983), este trabalho apresenta uma mulher que não está somente em um lugar de vítima, ou seja, essa mulher também é ativa e não é destituída de poder.

O **GT Mulher e Política** é o segundo mais significativo desta década. Foram coordenados por Fanny Tabak, Ana Alice Costa, Eleonora Menicucci e Lourdes Bandeira, nesta década. Este é representado por dois trabalhos, Operárias, feminino plural, de Noemi Castilhos e O conceito de Gênero: Um novo “coração de mãe” nas pesquisas sobre mulher? de Miriam Grossi, apresentados nos 9º e 13º encontros,

respectivamente. Estes trabalhos (juntamente com o de Maria Luiza Heilborn) são os primeiros a problematizar a aplicação de gênero como uma categoria de “interpretação” das relações de poder entre homens e mulheres, segundo Grossi (1989), que ainda não chega a ser análise, nos estudos sobre mulher, daí a sua relevância para esta pesquisa. Segundo a mesma a categoria Gênero é mais verbalizada que utilizada concretamente como categoria de análise e fala da contribuição das antropólogas feministas neste processo de utilização e construção da categoria e no caso do Brasil fala da falta de obras traduzidas para que nesta década a discussão ainda não estivesse mais elaborada.

Já na década de 1990, observa-se uma mudança tanto na temática, que agora concentra-se nas categorias **Gênero, sexualidade e poder**, quanto no número de trabalhos apresentados (17), exemplificados de imediato pelos nomes dos GTs que agora utilizavam a categoria **Gênero**, a exemplo do GT: Relações Sociais e de Gênero que concentrou grande parte dos trabalhos até 1995.

No entanto é no ano de 1990, no 14^o Encontro, com **GT: A transversalidade do Gênero nas Ciências Sociais**, coordenado neste ano por Lena Lavinias e Lourdes Bandeira, sociólogas (a segunda com Doutorado em Antropologia) que a pesquisa me leva ao texto, Trajetória da produção acadêmica sobre relações de gênero nas Ciências Sociais, de Lourdes Bandeira. Neste trabalho, continua e se amplia o texto de Miriam Grossi de 1989 (Gênero: Um novo “coração de mãe” nas pesquisas sobre mulher?), apresentando o corpo como lócus, “...onde poderes e saberes travam incessante batalha”, ilustrando o que virá nos anos seguintes com as mudanças teóricas nesta década, com a entrada em discussão das relações afetivas-sexuais de homens e mulheres.

O **GT Relações sociais e de gênero**, foi coordenado por Celi Regina Pinto e Mary Garcia Castro, neste ano de 1991, cujas formações das coordenadoras são respectivamente historiadora e socióloga. Este GT abrigou os textos: Mulher e política: público x privado? e Vítimas ou cúmplices? dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre a violência contra a mulher no Brasil (em 1991), de respectivamente Maria Noemi Castilhos e Miriam Pillar Grossi. Rejeitando a ênfase explicativa das categorias doméstico / público, apresentando gênero como produto complexo, Noemi Castilhos critica o extremismo da dualidade que ignora a relação entre as esferas, não permitindo ver similaridades e / ou interconexões dificultando o entendimento das

experiências das mulheres. Os textos são complementares, já que no segundo a temática da violência doméstica surge, apresentando-a como bandeira do movimento feminista, que é reapropriada pelo Estado com a criação das DEAMs e suscita uma série de inquietações teóricas no campo das Ciências Sociais, traçando todo histórico dos estudos sobre violência.

Em 1995, este GT tem como coordenadoras Magda de Almeida Neves e Albertina de Oliveira Costa, sociólogas. Neste ano surgem textos que discutem sobre relações afetivas-sexuais, com Adriane de Mello Boff (1995), *Tensões e relações na constituição dos gêneros: trajetórias, experiências e significados*. Esta cruza gênero com trajetórias conjugais e afetivas, percebendo as especificidades das narrativas amorosas femininas e masculinas já que as pessoas se constroem do gênero na permanente relação com os outros. Com o texto *caminhos do desejo – Uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas* de Tatiana Teixeira de Carvalho, visibiliza-se as conjugalidades de mulheres lésbicas de classe média, analisando a construção da identidade destas mulheres e como se dão estas relações. Com Jeni Vaistan, entra em cena a contracepção com o texto, *Contracepção, valores de gênero e visão de futuro entre mulheres de baixa renda no Rio de Janeiro*, neste, a autora deixa explícita a questão classe ao colocar duas identidades em questão: mulher rica e mulher pobre. Continua o discurso de rompimento do que é público / privado, e busca saber o que mudou após ao processo de contracepção.

A entrada com mais ênfase da sexualidade nesta década apresenta a ampliação da discussão que antes se centrava em uma discussão primeira da sexualidade da mulher que apresentava a mulher em uma relação heterossexual, ou seja, relações com pessoas de sexos diferenciados. Com o trabalho de Tatiana Teixeira iniciamos uma discussão da sexualidade e relações de poder entre os sexos e os gêneros, ao passo que ela apresenta nestas relações homoafetivas “masculinização” de mulheres e a discussão das categorias passiva e ativa e relações de poder que segundo ela em alguns espaços era igualitário.

Em 1997, cria-se um grupo com a categoria sexualidade em seu título, intitulado: **Sexualidade e subjetividade**. Neste ano o GT é coordenado por Luiz Fernando Dias Duarte e Maria Luiza Heilborn, ambos antropólogos. Este GT abriu espaço para uma grande mudança na discussão sobre sexualidade, utilizando o gênero como categoria maior de análise. Neste momento os homens aparecem nas

discussões antropológicas com viés feminista ao se falar sobre homossexualidade e conjugalidade, com o texto de Carlos Guilherme Octaviano Valle, por meio da etnografia, busca traçar a construção de identidades sexuais e das diferenças de gênero no contexto da HIV/AIDS, na cidade do Rio de Janeiro.

Outro trabalho que vejo de grande importância é o de Clarice Ehlers Peixoto "Histórias de mulheres, de envelhecimento e sexualidade", que tratou da sexualidade de mulheres idosas, que até então era invisibilizada. Assim, entra outra categoria analisada em trabalhos de antropólogas (os), gênero passa a ser transversalizado com idade/geração, nas discussões sobre sexualidade.

CAPÍTULO 3

3.1 ANTROPOLOGIA FEMINISTA NA ANPOCS

Neste terceiro capítulo busco para além de atestar a presença de uma antropologia feminista, suas contribuições e limites, trarei um olhar mais direcionado a categoria Gênero e Raça e seu cruzamento nos artigos apresentados, fazendo uma análise destes trabalhos, como achados de pesquisa.

No que se refere a linhas de estudos sobre a mulher, feminismo e gênero e suas articulações com geração, classe e sexualidade neste espaço do conhecimento entre 1980 e 1999, as produções de antropólogas/os foram tímidas em quantidade, crescendo de forma significativa na década seguinte (2000 – 2010). Esta mudança reflete-se nos próprios nomes dos GTs, que antes se intitulavam como Mulher e Gênero, e passaram a incluir o termo "sexualidade". Assim, ocorre um *boom* de pesquisas com a temática sexualidade, conjugalidades, erotismo e homossexualidades.

Em linhas gerais, estes trabalhos tematizam a situação da mulher na sociedade brasileira bem como a contribuição dos "movimentos feministas" para a sua transformação, a partir de denúncias de problemas sociais vivenciados por estas, tais

como violência (GROSSI, 1989), a invisibilidade do trabalho doméstico e suas reproduções e legitimações de papéis hierarquizados na sociedade através de ideologias paternalistas, judaico-cristãs que a partir do biológico atribuía superioridade a um sexo e um lugar de submissão para outro (CASTRO, 1983;1985).

Desta forma é possível afirmar que o feminismo influenciou os estudos antropológicos problematizando cultura e política de forma marcante nas discussões sobre a condição atribuída ao feminino, papéis sexuais, condição da mulher, papéis sociais, sexuais e de gênero, relações de poder no que concerne à família, trabalho, espaços público e privado, violência e sexualidade trazendo discussões sobre contracepção, afetividade e conjugalidades experienciadas de forma atravessada pelo gênero, idade/geração e classe (décadas de 1970 -1990), apresentando um caráter político de denúncia e influenciando na institucionalização dos estudos sobre mulher até sua transição para gênero e atribuindo a mulher uma “cidadania alargada” (PONTES,GREGORI, 1983), trazendo também uma mudança de visão, da mulher que antes era a vítima (PONTES, GREGORI, 1983; GROSSI, 1989) passiva, para uma mulher autônoma e participe dos movimentos relacionais que concernem vida social.

Pode-se afirmar ainda que, por meio do universo investigado, existe a crescente presença da problemática feminista na Antropologia brasileira, caracterizada pela recorrência de categorias de análise particulares, bem como de referências teóricas específicas que se transformam ao longo do período investigado. Estas características indicam a constituição de um campo disciplinar particular, que pode ser identificado como Antropologia Feminista.

Trazidas as contribuições da antropologia feminista tanto para o feminismo quanto para a antropologia gostaria de apontar algumas limitações. A limitação até o período pesquisado seria não cair na tal “armadilha positivista” da universalização da mulher, apesar da análise relativista, visto que a categoria raça pouco foi acionada para discussão das problemáticas das mulheres, estas, possuem uma realidade social e cultural diferenciada, sendo assim suas construções identitárias também se diferenciam, necessitando serem visibilizadas, refletidas, discutidas e analisadas.

Muito embora o gênero tenha um lugar de destaque, ele não é o único produtor de diferença, devendo, portanto, ser tomado no cruzamento com outros elementos produtores de diferença tais como raça, etnia, nacionalidade, geração e classe (BONETTI, 2011, p. 61)

Alinne Bonetti (2011) e algumas autoras desta pesquisa nos guiam para outro ponto importante sobre a adjetivação da antropologia e seu caráter comprometido, elas trazem que o “comprometimento político não deve nos cegar para outras especificidades locais, para os processos contextuais de negociação de sentidos; daí a importância da vigilância epistemológica em relação ao uso do método etnográfico para questionamentos e escrutínio tão caros à Antropologia”(p. 65).

3.2 A ANTROPOLOGIA FEMINISTA E A DISCUSSÃO DE GÊNERO E RAÇA NA ANPOCS

Identificamos a intersecção da antropologia feminista na ANPOCS com variados marcadores importantes para construção da identidade de uma pessoa, no entanto, deixa invisível, e em alguns casos somente cita a categoria raça. Aqui, como Claudia Pons (2010), Lélia Gonzalez (1984) e Patrícia Hill Collins (2009), reconhecemos a “inseparabilidade de raça, gênero, classe e sexualidade nos processos de estratificação social e nos processos constitutivos de identidades e experiências” (PONS, 2010, p. 25). Ao passo que reconhecemos essa inseparabilidade, como pensar que conseguimos o que as feministas chamavam de cidadania alargada?

Dentro do universo da antropologia feminista brasileira representada nos Encontros da ANPOCS, a articulação entre gênero e raça inicialmente aparece em trabalhos que reconhecem as variadas faces de dominação e exploração, instituídas conforme os marcadores sexo, cor, idade.

O texto de Noemi Castilhos (1985), “Operárias: feminino plural”, versa sobre a mulher no contexto da fábrica, como é a ocupação deste neste espaço, argumentando que o contexto de trabalho das operárias pesquisadas por ela e o processo de dominação de classe por que passam, é potencializado pelos marcadores de sexo e cor. Outro texto que merece destaque é o de autoria de Miriam Grossi (1989), “O conceito de Gênero – um novo ‘coração de mãe’ nas pesquisas sobre mulher?”, problematiza a então recente e crescente utilização do conceito de gênero nos

estudos sobre a mulher. Neste sentido, argumenta que “gênero” deve ser compreendido como uma estrutura de prestígio que deve ser pensada ao lado de outras, tais como níveis sociais, idade/geração, no entanto, o marcador cor e a categoria raça/etnia não é explicitamente mencionada, ficando subtendido pelos pontos de reticências.

O texto aponta implicitamente a importância da análise relacional, reforçando-a ao afirmar que “a noção de gênero contamina outras estruturas de prestígio” (GROSSI, 1989). Entendemos que esta argumentação aponta para o fato de que o conceito “gênero” influencia e é influenciado por outros marcadores. Advém, daí a necessidade de se pensar sempre interseccionalmente. Ou seja, nem tudo seria somente uma questão de gênero.

Estes trabalhos, no entanto, não analisam e nem aprofundam o entrecruzamento entre gênero e raça, somente apresentando-o de maneira superficial. Mas, como isso ocorrer em por praticamente quatro décadas? Isso nos diria subjetivamente que o conhecimento produzido no espaço da ANPOCS, era majoritariamente norteado pelo pensamento ocidental branco? Seriam resquícios de todo processo colonial ainda, o contar de uma experiência única, ao mesmo tempo em que propõe desessencializar a mulher e tirar seu caráter universal? Claudia Pons, refletindo a partir de Lélia Gonzalez diz o seguinte:

Esse imperialismo se expressa, ainda, na formação de uma memória única, criando um feminismo hegemônico e referente que acaba determinando, principalmente, quem fala pelo feminismo e qual é o sujeito do feminismo. (PONS, 2010, p.29).

Pensar algumas destas coisas parece ser contraditório, mas, me apresenta de alguma maneira a face racializada da sociedade brasileira, que de acordo com a cor dispõe experiências e privilégios.

Isso me levou a perguntar, sob o olhar interseccional, qual mulher estava sendo visibilizada. E, conseqüentemente, qual mulher estaria sendo invisibilizada, encoberta. Estes questionamentos me levaram ao trabalho **Mulher, indivíduo e família**, de Danielle Adailon e Teresa Caldeira, que ao falar que para enfrentar o conflito individualidade e reprodução se recorre à mediação da empregada doméstica, está que faz a intermediação. A partir do momento que as autoras trazem essa solução na finalização do seu trabalho, me lembrei do “aquário”, me dei conta com toda certeza

de quem era essa empregada e quem eram as patroas e de quais mulheres estavam falando, e isso me inquietou. Essa minha inquietude me fez expandir a discussão para a década 2000 a 2010, com um olhar ampliado e direcionado na busca da discussão da categoria racial.

Aqui penso a categoria raça como trazida por Stuart Hall (2003, p. 69), segundo a qual “raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo”. Assim como raça é uma construção para organizar um sistema de poder o gênero também o é. Breny Medonza, nos diz que:

... en los procesos de colonización, las mujeres de estas partes del mundo colonizado no sólo fueron racializadas sino que al mismo tiempo fueron reinventadas como “mujeres” de acuerdo a códigos y principios discriminatorios de género occidentales.” (MENDONZA, 2010, p. 23).

O que Hall e Medonza nos apontam, explica o fenômeno da invisibilidade nas produções da categoria raça, e do seu entrecruzamento com gênero. Seria “herança” do processo colonizador, esse pensamento hegemônico sobre a mulher? A invisibilização das experiências de mulheres negras como sujeitos e objetos de pesquisa na antropologia feminista dentro dos espaços de discussão da ANPOCS, me levou aos resultados de pesquisa que apresento na tabela abaixo.

Em 2001, a autora Claudia de Lima Costa com seu trabalho “**A crítica feminista e os estudos culturais em tempos de coléra**”, inicia um debate mais direto ao afirmar que “las feministas tienen que descubrir como la prácticas culturales forjan y a su vez son forjadas por otras fuerzas sociales tales como imperialismo, capitalismo, patriarcado, racismo, homofobia...” (COSTA, 2001), ao final, nos apresenta que em seu trabalho de campo foi levado em consideração as diferentes articulações apresentadas, mas, ainda assim seu trabalho simplesmente falava de maneira superficial sobre a questão racial.

Tabela 4 - Trabalhos de antropólogas /os que problematizaram gênero e raça - ANPOCS – 2000-2010.

2000 – 2010	Título	Autora
2002	Deusas do Ébano: A construção da beleza negra como uma categoria nativa de reafirmação em Salvador.	Osmundo Pinho
2003	Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.	Alecsandro Ratts
2005	<p>Erotismo religiosidade e “cor” entre “povo de santo” do subúrbio carioca</p> <p>Hierarquias de gênero, raça e classe na configuração do delito de “violência sexual”</p> <p>Corpo e investimentos corporais em um grupo de elite negra: o clube da renascença</p>	<p>Laura Moutinho</p> <p>Miriam Steffen</p> <p>Maria Giacomini</p>
2006	Mulheres jovens e hip hop – percepções das relações de gênero em uma expressão cultural masculina – Rio de Janeiro	Patrícia Lânes

Fonte: ANPOCS, 2000-2010 - <http://portal.anpocs.org/portal/>, criação da autora

Foi precisamente em 2002, que começaram a aparecer trabalhos entrecruzando explicitamente as categorias analíticas gênero e raça. Inicialmente, há a tematização da estética da mulher negra, como no texto, **“Deusas do Ébano: A construção da beleza negra como uma categoria nativa da reafricanização em Salvador”**, de autoria de Osmundo Pinho (2001), que analisa a história do Ilê-Aiyê (Organização não governamental baiana que visa a valorização e inclusão do povo afrodescendente, mais antigo bloco Afro baiano), e do concurso da beleza negra para a escolha da “Deusa do Ébano”, promovido pela Ong. Estes universos empíricos são analisados

como um espaço marcado pelo *agency* afrodescendente, voltada principalmente neste caso para a reversão do estigma associado à mulher negra e para a desconstrução dos estereótipos racistas e sexistas que presidiram a sua representação hegemônica subalternizante que incide sobre a articulação entre raça-miscigenação e corpo-sexualidade” (PINHO, 2001, p.1).

Nos anos seguintes a discussão reapareceu com Alecsandro Ratts e o trabalho **“Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras”**, em que aponta que “os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam” (Ratts, 2003). A partir desse ponto de vista observa-se que há espaços aos quais estamos habituadas (os) e outros que nos parecem estranhos, sobre os quais “nos dizem” que não é nosso lugar e/ou nem sonhamos em adentrar. Em decorrência disto, é possível indagar: Como se configura para a mulher negra a relação com o espaço? Onde ela é vista habitualmente? Onde ela não é vista? ” Ratts amplia a discussão ao buscar além da intersecção de gênero e raça e afirma que a estas mulheres são atribuídos lugares específicos, daí a discussão sobre espaço e quais as imagens são atribuídas as mesmas, para isso utiliza também de Lélia Gonzalez, ao falar sobre o deslocamento destas imagens “Deslocando-se entre espaços privados e públicos sua figura se confunde com a imagem da mulata, da empregada doméstica e das babás, recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, das amas-de-leite e das mães pretas”. (RATTS, 2003, p. 2). Poderíamos dizer que a noção de dicotomia do público e do privado, assim

como gênero e raça não são universais, pois não abarcam as experiências de todas as mulheres.

Em 2005, a discussão conta com a abordagem às relações afetivo-sexuais entre “povo de santo”, conforme apresentado no texto intitulado **“Erotismo religiosidade e “cor” entre “povo de santo” do subúrbio carioca**”, de autoria de Laura Moutinho. Inicia-se uma discussão sobre a homoafetividade e como se dão essas relações levando em consideração os marcadores gênero e raça.

Em um universo de quatro décadas (1970-2010), somente seis trabalhos contemplam diretamente a análise sobre o que tange as problemáticas sobre gênero e raça dentro das discussões antropológicas feministas na ANPOCS, mais especificamente aquelas que tratam do cotidiano, do lugar atribuído, da agência das mulheres afrodescendentes. No entanto, nem todos estarão concentrados na análise do entrecruzamento das hierarquias de gênero, raça e classe, o que Patricia Hill Collins (1990) denomina de “matriz da dominação” e que bell hooks aponta como “políticas de dominação”, mas, todos tratam-se de conceitos que sugerem a existência de sistemas de opressão que estão interconectados e que se cruzam a todo momento. São, portanto, categorias importantes para se pensar a problemática feminina, já que a experiência das mulheres é plural, heterogênea. Não se trata, aqui, de um pleito pela hierarquização da relevância destas categorias em detrimento de outras. Antes, como afirma Patrícia Hill Collins (1990), elas se revelam cruciais, para visibilização de uma mulher não universal. Neste mesmo sentido, o legado de Lélia Gonzalez, eminente antropóloga feminista negra brasileira, reforça a importância destas categorias para o caso brasileiro. Uma evidência pode ser identificada no seu mais conhecido trabalho, intitulado **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**, apresentado no Encontro da ANPOCS de 1980, no GT “Temas e problemas da população negra no Brasil”, em que afirma:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. ” (GONZALEZ, 1980, p. 224).

Apesar de nem todos os trabalhos utilizarem o do “tripé da diferença”, apontado por Collins e hooks, todos utilizam a categoria gênero e raça para trabalharem o

racismo e o sexismo de forma interseccional, apresentando uma outra mulher, que não era parecida com a apresentada até finais da década de 1990 no espaço da ANPOCS (não entra aqui o trabalho de Lélia González, por não estar disponibilizado no sítio). Esta mulher apresentada a partir da década de 2000, possui lugares atribuídos a ela que são diferenciados, lembremos das imagens destas mulheres citadas por Ratts através de textos de Lélia Gonzalez, são espaços sulbaternizados e estereotipados que receberam pouco atenção até aqui. Será por falta de pesquisadores e pesquisadoras que tratam destas questões? Claudia Pons (2012) nos diz que não. No entanto, é mais que urgente abranger as pesquisas levando em consideração estes marcadores que são utilizados nas relações sociais como força de opressão. Precisamos que isso seja feito para que possamos alargar a cidadania de todas. Assim, cabe a nós incomodarmos e visibilizarmos o que ainda se encontra invisível. Por uma mudança nesse “imaginário” real de trânsito nos espaços por mulheres negras, que ainda permanece estático no imaginário social brasileiro (mulata, empregada doméstica e babás, recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, das amas-de-leite e das mães pretas), Ratts (2003).

É urgente uma maior visibilidade dos trabalhos de caráter antropológico feminista que apresentem as demandas diferenciadas das mulheres e dos homens negras/os, que levem em consideração as hierarquias de gênero, raça e classe, para que possamos apresentar a história com suas variadas vias de condução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos antropológicos com características feministas na ANPOCS iniciaram apresentando mulheres em espaços como sua casa, comunidade desenvolvendo seu potencial econômico, daí percebemos subjetivamente os espaços que seriam discutidos anos à frente presentes sem serem analisados ou nomeados. Estes estudos, apesar de não terem uma bibliografia diretamente feminista, têm um caráter feminista por apresentarem visibilização das problemáticas da mulher e posituação do seu trabalho.

Nos anos seguintes, o desenvolvimento dos estudos segue uma linha lógica de análise relativista aos espaços público e privado, apresentando-os não como pólos fixos, mas, flexíveis, móveis, que se interconectam. A mulher e o homem perpassam os dois lugares e possuem ações políticas nos dois espaços. No entanto, alguns estudos, como o **“O mito de Adão e Eva: A legitimidade da dominação masculina”** na década de 1980 ainda apresentavam a construção social de uma mulher oprimida pelo homem, destituída de poder. Ainda na mesma década no GT Família e Sociedade, Mulher e Política, percebemos um estudo mais analítico, relativista e engajado politicamente no feminismo. As autoras falam abertamente sobre a agência das mulheres. Iniciam uma reflexão sobre não somente as ações cotidianas destas como também refletem sobre suas práticas, enquanto acadêmicas militantes dentro de espaços de discussão na academia (faculdade, espaços de apresentação de trabalhos), sobre suas contribuições enquanto antropólogas e feministas, como exemplo trago esse trecho, retirado de um dos trabalhos aqui analisado: “Como conciliar nosso relativismo com a situação concreta da desigualdade e desrespeito a cidadania da mulher” (GROSSI, 1991, p. 15).

Fica evidente que percebem que há uma “armadilha” no caminho. O relativismo é importante e contribuiu para as problemáticas feministas, no entanto há um limite deste relativismo ao passo que observando criticamente as relações de poder entre os sexos na nossa sociedade percebemos que em alguns casos, como a violência doméstica, feminicídio entre outros, são situações em que mesmo sabendo que as relações de poder são móveis, os processos históricos perpassados pela sociedade brasileira, sociedade essa, colonizada por europeus que neste período (re)significaram os gêneros, moldando formas de controle do corpo feminino, utilizando até mesmo de violência física para isso, faz com que se construa uma criticidade a partir do olhar local.

La colonización creó las circunstancias históricas para que las mujeres africanas e indígenas de Norte América perdieran las relaciones relativamente igualitarias que tenían con los hombres de sus sociedades y cayeran no sólo bajo el dominio de los hombres colonizadores sino también bajo el de los hombres colonizados. (MENDONZA, 2009, p.23).

Desta forma, temas como a divisão sexual do trabalho, participação e representação da mulher, o alargamento da cidadania da mulher, a construção da identidade social da mulher e caminhar nos espaços políticos, como sindicatos, ganham um caráter fortemente epistemológico, mas, ainda irá se alargar a discussão quando a categoria Gênero em 1989 é introduzida nos Grupos de Trabalho. Neste momento a categoria sexualidade até então tratada superficialmente e no contexto da família heteronormativa, amplia-se e iniciam os estudos sobre homossexualidade feminina e masculina. A etnografia em diferentes lócus culturais traça identidades e relações de poder existentes que interconectam gênero e sexualidade. Nesta mesma época é apresentado um trabalho sobre sexualidade da mulher idosa, onde se visibiliza e analisa a partir da categoria idade/geração, até então não visibilizada. Assim percebe-se que a antropologia influenciada pelos estudos feministas na ANPOCS contribuiu para os estudos feministas brasileiro, com o uso da etnografia para visibilização da participação da mulher dentro e fora dos círculos tidos como privados e apresentando seus corpos e atividades como políticos. Contribuiu também com o estudo relativista, dentro do contexto cultural enfocando alguns sistemas de diferenciação, e utilizando na maior parte dos trabalhos utilizar e/ ou construir categoria identitárias para maior entendimento das relações ali imbricadas

Os dados indicam o surgimento do campo de conhecimento antropológico feminista no Brasil a partir de fins de 1970, que vem se consolidando e se ampliando ao longo das décadas. Além disto, sugerem que a problemática feminista na antropologia representada nos encontros da ANPOCS é um fenômeno majoritariamente feminino. As categorias de análise constitutivas deste campo de conhecimento vão se transformando ao longo das décadas: de mulher, para gênero e para o entrecruzamento entre diferentes marcadores da diferença (classe, sexualidade, idade/geração, raça/cor). No que tange à articulação entre gênero e raça, pode-se afirmar que neste desenvolvimento, a sua problematização e efetiva produção de pesquisas é muito discreta. Levando-se radicalmente em conta uma perspectiva antropológica feminista (BONETTI, 2011), entendemos que a articulação entre categoria gênero e outros marcadores sociais da diferença é de extrema importância para a compreensão, problematização e superação das matrizes produtoras de desigualdade.

Tais elementos nos levam a questionarmos o que nos diz essa discricção sobre as características constitutivas da Antropologia Feminista Brasileira representada nos encontros da ANPOCS? Ao modo do pensamento feminista liberal, que ao investir na luta pela igualdade contra o patriarcado invisibilizou as experiências radicalmente distintas das mulheres negras e brancas, como apontado por bell hooks (Chanter, 2011), nas suas três primeiras décadas (1970-1990), a antropologia feminista brasileira repetiu o mesmo equívoco invisibilizador das alteridades complexas representadas pela articulação entre gênero e raça, reproduzindo, assim, um pensamento feminista que trazia uma única mulher como universal (branca, de classe média), ou seja, o “lençol branco” pairava também sobre a ANPOCS, encobrendo, invisibilizando corpos negros, na discussão sobre gênero e raça, somente em 2000 isso iria tomar novos rumos.

Na última década analisada (2000-2010), o “Lençol branco” é retirado, a tendência apresentada foi de crescente transformação do campo antropológico feminista no que tange à incorporação das temáticas e categorias de análise relativas a intersecção de gênero e raça, que nos apresentaram o espaço ocupado por mulheres negras e as imagens estereotipadas atribuídas e como estes marcadores combinando ainda com classe e sexualidade influenciam na compreensão da problemática por qual perpassa tudo que se atribuí ao feminino. Ao se cruzar qualquer marcador da diferença a perspectiva racial observa-se com uma maior amplitude as problemáticas trazidas pelo racismo, especialmente no caso brasileiro.

Desta forma, percebe-se que neste espaço as discussões das produções sob a perspectiva de gênero e raça vêm crescendo, mas, ainda discretamente, o que sinaliza a necessidade de maior visibilização das problemáticas das mulheres negras levando em consideração marcadores da diferença que ampliem ainda mais a discussão, pois mesmo sendo mulheres e pretas, somos plurais e estamos em constante movimento.

Diante dos resultados obtidos nesta pesquisa primeira, sugiro que se busque conhecer e visibilizar os estudos antropológicos influenciados pelo feminismo que trabalhem de forma relevante o entrecruzamento das categorias mulher, gênero com categoria raça. Se vamos levar em consideração o lugar de fala das pesquisadoras (antropologia adjetivada), e percebemos que dentro da antropologia feminista houve uma invisibilização e discricção desta categoria, o que trouxe uma história única,

universalizando o ser mulher, vejo uma continuação do estudo de forma ampliada, ou seja, incluindo outros espaços de encontros de pesquisadoras como uma possibilidade de conhecer e analisar as mudanças que iniciaram e que vem delineando caminhos nesta linha de estudo, trazendo quiçá contribuições e uma ampliação do arcabouço teórico da antropologia feminista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice, R. P. **O mundo da costura: Algumas considerações sobre trabalho assalariado e atividades independentes na indústria da confecção**. ANPOCS. Ano: 1979. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- ADALLION, Danielle. CALDEIRA, Teresa. **Mulher, individuo e família**. ANPOCS. Ano: 1983. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- BANDEIRA, Lourdes. **Trajetória da produção acadêmica sobre relações de gênero nas Ciências Sociais**. ANPOCS. Ano: 1990. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- BONETTI, Alinne. **Antropologia feminista - o que é esta antropologia adjetivada?** In BONETTI, A. e LIMA e SOUZA, A. (orgs). *Gênero, mulheres e feminismos*. - Salvador : EDUFBA : NEIM, 2011. 346 p. - (Coleção Bahianas ; 14)
- BONETTI, Alinne. **Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009.
- BONETTI, Alinne. **Antropologia Feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção**. Cuadernos de Antropología Social Nº 36, pp 51–67, 2012
- CARVALHO, Tatiana T. **Caminhos do desejo - Uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas**. ANPOCS. Ano: 1995. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- CASTILHOS, Noemi. **Operárias: feminino plural, versa sobre a mulher no contexto da fabrica**. ANPOCS. Ano: 1985. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- CASTILHOS, Noemi. **Mulher e política: público x privado**. ANPOCS. Ano: 1991. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Tradução de Gilmar Lisboa. Boston: Unwin Hyma, 1990, pp. 221-238.
- CORRÊA, Mariza. **Mulher e Família (anotações para definição de um objeto de pesquisa)**. ANPOCS. Ano: 1983. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- ERICKSON, Paul A. MURPHY, L. D. **História da teoria Antropológica**. Petropolis – RJ. Editora Vozes, 2015, pp. 01-102.
- CHANTER, Tina. **Gênero: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011. PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) mulher?”. In: Leila Algranti (org.) “A prática feminista o conceito de gênero”. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo Na Cultura Brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GIACOMINI, **Sônia M. Corpo e investimentos corporais em um grupo de elite negra: o clube da renascença do RJ.** ANPOCS. Ano: 2005. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>

GROSSI, Miriam. **O conceito de Gênero – um novo “coração de mãe.** ANPOCS. Ano: 1989. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>

GROSSI, Miriam. **Vitimas ou Cumplices ? Dos diferentes caminhos da produção acadêmica sobre violência contra a mulher no Brasil.** ANPOCS. Ano: 1991. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: UNESCO, 2003.

HEILBORN, Maria Luiza. **Fazendo Gênero? A Antropologia da mulher no Brasil.** In : Oliveira Costa, Albertina. SP, 1992; Ed. Rosa dos tempos / Fundação Carlos Chagas.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petropolis - RJ : Editora: Vozes. 1997. p14-36.

MENDONZA, Breny. **La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano** In MIÑOSO, Y. E.. (orgs). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano Vol. 1–Buenos Aires : En la Frontera, 2010. P.19-36 p.

MORAES, Maria Lygia Q. de. **Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias.** Estud. sociol., Araraquara, v.17, n.32, p.107-121, 2012

MOUTINHO, Laura. **Erotismo religiosidade e “cor” entre “povo de santo” do subúrbio carioca.** ANPOCS. Ano: 2005. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>

OCTAVIANO, Carlos. G. **Identidades sexuais, humor e experiência no contexto da AIDS.** ANPOCS. Ano: 1997. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>

OLIVEIRA, Alice. I. **Desquite representações sobre papéis sexuais e casamentos.** ANPOCS. Ano: 1983. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>

OAKLEY Ann, Sex, Gender and Society. London: Temple Smith. Reprinted with new Introduction, London: Gower, 1985. 6p. (Tradução livre de Marcia S. Macedo)

OYĒWÙMÍ, O. **Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies.** African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 Tradução: Juliana Araújo Lopes.

- PEIXOTO, Clarice E. **Histórias de mulheres, e de envelhecimento e sexualidade.** ANPOCS. Ano: 2001. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- PINHO, Osmundo. **Deusas do Ébano: A construção da beleza negra como uma categoria nativa da reafirmação em Salvador.** ANPOCS. Ano: 2001. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- PONS, Claudia. **Por uma epistemologia feminista negra do sul.** In _____. Outras Falas: Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2012.
- PONTES, Maria L. GREGORI, M. F. **A família, a violência e o feminino.** ANPOCS. Ano: 1983. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- RATTS, Alescsandro. **Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras.** ANPOCS. Ano: 2003. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- RODRIGUES, G. C. **O mito de Adão e Eva: A legitimidade da dominação masculina.** ANPOCS. Ano: 1985. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- SOUZA, Patricia L. A. **Mulheres jovens e hip hop – percepções das relações de gênero em uma expressão cultural masculina – Rio de Janeiro.** ANPOCS. Ano: 2005. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- SARDENBERG, Cecilia M. B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone De Beauvoir. **Coletânea Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas,** organizado por Cecilia Sardenberg, Alda Britto da Motta e Márcia Gomes. Salvador, Bahia: NEIM/UFBA, 2000, p.75-107.
- STRATHERN, Marilyn. **Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia.** Ano: 2009
- VIEIRA, Miriam S. **Hierarquias de gênero, raça e classe na configuração do delito de “violência sexual”.** ANPOCS. Ano: 2005. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/>
- VIEIRA, Sônia C. **Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.** EDFUBA, 2018.
- ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um debate.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.